

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO – SR20/ES

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO – SR20/ES

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Vila Velha, 30 de março de 2010

José Geronimo Brumatti
Superintendente Regional

Jose Candido Costa Rezende
Superintendente Regional Substituto

Silvestre Barbosa dos Reis
Chefe da Procuradoria Regional Especializada

Salvimar Vizeu Alexandre Ferreira
Chefe da Divisão de Administração

Alfredo Zampier Lacerda
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Gezualdo Nunes Galvão
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

Patrícia Soneghet Baiocco Andrade Nascimento
Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Organização

Grupo de Trabalho instituído pela
ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR20G/Nº23,
de 16 de dezembro de 2009.

Joviana Pedroni de Oliveira (*Coordenação*)

Daniela Vantil Agrizzi

Ademir Fontana

Aguinaldo Cesar Bernini

Jaime Bernardo Neto

Janete Carvalho de Azevedo

Patrícia Cabral Costa

Quêidimar Cristina Guzzo Rodrigues

Wilson Martins de Souza

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	7
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS.....	8
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	8
2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	10
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	10
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.....	11
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	12
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	13
2.3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade.....	14
2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	14
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	15
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	18
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	21
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	24
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	26
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	27
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	28
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	34
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	36
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.....	39
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	42
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	44
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	49
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	52
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	53
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	54
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural.....	56
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	57
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	60
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas.....	62
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	63
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	64
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	65

2.3.4.1	<i>Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</i>	66
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo.....	74
2.3.5.1	<i>Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas</i>	75
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	78
2.3.6.1	<i>Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos</i>	79
2.3.6.2	<i>Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos</i>	81
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	82
2.3.7.1	<i>Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo</i>	83
2.3.7.2	<i>Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social</i>	85
2.3.7.3	<i>Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária</i>	87
2.3.7.4	<i>Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa</i>	89
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	90
2.3.8.1	<i>Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados</i>	91
2.3.8.2	<i>Ação 2272 - Gestão do Programa</i>	95
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	96
2.3.9.1	<i>Ação 2000 - Administração da Unidade</i>	97
2.3.9.2	<i>Ação 2003 - Ações de Informática</i>	99
2.3.9.3	<i>Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</i>	100
2.4	Desempenho Operacional	101
2.4.1	Programação Orçamentária.....	101
2.4.1.1	<i>Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)</i>	101
2.4.1.2	<i>Programação de Despesas Correntes</i>	101
2.4.1.3	<i>Programação de Despesas de Capital</i>	102
2.4.1.4	<i>Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência</i>	102
2.4.1.5	<i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	103
2.4.2	Execução Orçamentária.....	105
2.4.2.1	<i>Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ</i>	105
2.4.2.2	<i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</i>	108
2.4.3	Evolução de Gastos Gerais	111
2.4.4	Indicadores de Desempenho	111
3.	INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	112
3.1	Composição dos Recursos Humanos.....	112
3.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	112
3.1.2	Composição e Custos de Recursos Humanos.....	113
3.2	Informações Sobre os Contratos de Terceirização de Mão-De-Obra	115

3.3 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos Instituídos pela Unidade, informando se não os possuir	116
3.4 Análise Crítica Sobre a Situação dos Recursos Humanos	117
4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	118
5. INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	119
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	120
7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	121
8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	122
9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	123
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS	124
11. ÓRGÃOS DE CONTROLE	125
11.1 Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	125
11.2 Determinações e recomendações do TCU	125
12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....	126
13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	127
14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	128
15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	129
16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	130
ANEXOS	136

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do Espírito Santo	
Denominação abreviada: INCRA SR20/ES		
Código SIORG: 4.142	Código LOA: 49.201	Código SIAFI: 373057
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: 110-4 - Autarquia Federal		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11.6.00
Telefones/Fax de contato:	(027) 3185-9050	
Endereço eletrônico: jose.brumatti@vta.incra.gov.br		
Página da Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal:	Senador Robert Kennedy, 601, São Torquato, Vila Velha/ES – CEP: 29114-300	
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009 – Estrutura Regimental. Portaria/MDA n.º 20, de 08 de abril de 2009 - Regimento Interno da Autarquia		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
--		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
--		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373057	Superintendência Estadual do Espírito Santo - INCRA/SR-20	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas.

O INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo Decreto-Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei N.º 7.231, de 23 de outubro de 1984, mantido pelo Decreto Legislativo n.º 02, de 29 de março de 1989, publicado no DOU, de 31 de março de 1989, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional. Entre seus direitos, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas na Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, em especial a promoção e a execução da reforma agrária e da colonização. E tem por finalidade:

- I. promover e executar a reforma agrária, visando à melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social por meio de projetos de assentamento sustentáveis;
- II. promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- III. promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- IV. gerenciar a estrutura fundiária do país.

As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados previsto no Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009 – Estrutura Regimental e na Portaria/MDA n.º 20, de 08 de abril de 2009 - Regimento Interno da Autarquia, aos quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, tecnologia da informação, modernização administrativa e garantia da manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

A Superintendência Regional do INCRA do Espírito Santo é responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária no Estado do Espírito Santo, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de trabalho e renda no meio rural.

O orçamento global previsto para Superintendência Regional do INCRA no Estado do Espírito Santo – SR20/ES, para o ano de 2009 foi de R\$ 33.119.155,001 (trinta e três milhões, cento e dezenove mil, cento e cinquenta e cinco reais). Desse montante, R\$ 11.685.625,00 (onze milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais) estavam destinados às ações de vistoria de imóveis rurais, desenvolvimento de projetos de assentamento, gerenciamento da estrutura fundiária, educação do campo, capacitação de servidores e administração da Unidade. Para o pagamento de TDA's e Benfeitorias de imóveis rurais obtidos, foram previstos recursos no valor de R\$ 21.433.530,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentos e trinta reais).

¹ As informações sobre metas físicas e orçamentárias estão no Caderno de Metas da PO 2009. As informações financeiras foram obtidas no SIAFI

No ano de 2009 as ações de vistoria de imóveis rurais e obtenção de terras resultaram na criação de 04 novos projetos de assentamento. Ao todo foram assentadas 285 famílias, entre novas vagas e lotes retomados administrativamente. O Serviço de Meio Ambiente obteve êxito ao cumprir a meta de protocolar 15 licenças ambientais junto aos órgãos competentes visando atender da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, além de trabalhar no cumprimento de condicionantes ambientais que visam à manutenção dessas licenças.

Com o compromisso de promover uma reforma agrária de qualidade, a SR20/ES, disponibilizou assessoria técnica para 3.602 famílias e concedeu crédito de instalação para 359 famílias, além de 394 complementações de créditos relativas à atualização da norma técnica, possibilitando melhor condição de vida para o agricultor assentado, por meio da construção e reforma de 292 moradias, bem como outras melhorias.

Dotar os projetos de assentamento criados ao longo dos anos das condições necessárias para seu desenvolvimento sustentável tem sido prioridade do Governo. Para tanto, 249 famílias foram beneficiadas com a realização de obras de infra-estrutura visando prover os assentamentos de condições básicas como saneamento, estradas, entre outras. E ainda, ações de fomento à agroindustrialização e à comercialização beneficiaram 50 famílias ao longo do ano.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que, visa à promoção de igualdade de gênero entre as populações rurais, atendeu cerca de 10.250 pessoas, emitindo 10.487 documentos civis básicos para trabalhadoras rurais.

Por meio de ações descentralizadas junto às Unidades Municipais de Cadastro, foram gerenciados 9.787 imóveis rurais em todos os 77 municípios do interior do Estado, ao longo de 2009. Além do acompanhamento de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros e desmembramento relativos à zona rural/urbana.

O Programa Brasil Quilombola atuou no reconhecimento e identificação de comunidades quilombolas e elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

O presente Relatório foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009, e demonstra a avaliação dos resultados da execução dos Programas/Ações do INCRA, no que concerne à Superintendência Regional do Estado do Espírito Santo, considerando os resultados quantitativos e qualitativos alcançados como também a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos para a Autarquia.

JOSE GERÔNIMO BRUMATTI
Superintendente Regional
INCRA/ES

2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR20/F, conta com quatro setores de serviços, sendo que no Serviço de Cadastro Rural – SR20/F-1 foi feito planejamento de atividades a serem cumpridas, com algumas alternativas que poderiam ser mudadas no decorrer do ano, isto visando um melhor aproveitamento, tanto na execução física das ações como também na execução financeiro-orçamentária.

Assim, de acordo com caderno de metas da PO2009, atingimos objetivos que ultrapassaram a meta prevista, isto porque foram desenvolvidas várias atividades junto as Unidades Municipais de Cadastro (UMC), por de termos de parceria firmado junto às prefeituras municipais, tais como cursos de recepção, análise cadastral, digitação no próprio município, supervisões periódicas, gerando assim agilidade na emissão de documentos, e alimentando diariamente o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR,

Além de prestar diversos serviços às demais Divisões da área finalística da Superintendência Regional, o Serviço de Cartografia – SR20/F-2, é o responsável pelo Comitê de Certificação de Imóveis Rurais da Regional.

Conforme previsto na Lei 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto 4.449 de 30/10/2002, com as alterações previstas no Decreto 5.570 de 31/10/2005, tornou-se obrigatório a certificação de peças técnicas georreferenciadas em qualquer situação que envolva transferência de imóvel rural, desmembramento, parcelamento ou remembramento, sendo que atualmente esta em vigor para todos imóveis rurais acima de 500,0000 hectares, e a partir de 20/11/2011 para imóveis com áreas inferiores a 500,0000 hectares. Vale ressaltar que a certificação de peças técnicas georreferenciadas também é obrigatória nos autos judiciais que versem sobre imóveis rurais (Lei 6.015 de 31/12/1973, art. 225, §.3º), qualquer que seja a dimensão da área, nas ações ajuizadas a partir de 31/10/2005, assim, esta SR20/ES tem recebido alguns desses pedidos e nos encontramos com falta de recursos humanos (técnicos ligados a área) e tecnológicos suficiente, tendo em vista que são várias demandas de topografia onde atendemos a todas as Divisões desta SR20, tais como, vistorias para obtenção de terras, vistorias para territórios quilombolas, medição e demarcação de assentamentos rurais (fiscalização e acompanhamento), ações do meio ambiente e do cadastro rural, certificação de imóveis rurais, e outras afins. Acrescentamos que a análise das peças técnicas georreferenciadas de todos os processos, quando ocorre falta ou erros nos documentos apresentados, estes são analisados/notificados diversas vezes, para posterior encaminhamento ao Comitê Regional de Certificação, ocasionando assim maior demora para finalização do trabalho.

Quanto às atividades do Serviço de Regularização Fundiária – SR20/F-3 – foi assinado, em 2009, Termo de Compromisso e Cooperação Técnica entre o INCRA/SEAG/IDAF, para proceder às arrecadações de terras devolutas e indenizações de benfeitorias, úteis e necessárias e edificadas de boa fé, pelos detentores das posses de imóveis rurais em processos de vistorias efetuadas pelo INCRA, sendo através de levantamento preliminar de dados e informações, cujas propriedades não estejam cumprindo sua função social, bem como de imóveis já vistoriados pelo INCRA/ES, visando a doação para implementação de assentamento de trabalhadores rurais sem terra, com vigência até 31/12/2011.

Assim, foram encaminhadas várias solicitações, principalmente nos imóveis vistoriados pelo INCRA com indicação de serem desapropriadas para fins de reforma agrária (assentamentos), onde foram identificadas terras devolutas.

Foi firmado convênio Federal/Estadual através da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o IDAF para que fossem georreferenciados todos os imóveis rurais do município de Água Doce do Norte, onde servidores do INCRA/MDA de início acompanharam a execução para fins de aprendizagem, e posteriormente somente servidores do IDAF e os trabalhos ainda estão sendo realizados. Foram feitos levantamentos em cartórios de registro de imóveis para identificação de terras devolutas, bem como vistorias e avaliações de benfeitorias existentes com acompanhamento de técnico do Serviço de Cartografia nos imóveis detectados com terras devolutas, notificações, e abertura de processos.

Visando maior agilidade nos procedimentos de identificação, demarcação e titulação de Territórios Quilombolas o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SR20/F4, organizou, com apoio da Sede, uma “força tarefa” com servidores de outras SR’s tendo como resultados a publicação de 02 RTID’s – Relatórios Técnico de Identificação e Delimitação, duas portarias de reconhecimento e um decreto. Esta ação teve a participação direta do Gabinete da Superintendência por se tratar de atividades excepcionais em que foi necessária a mobilização de uma maior estrutura para realização das atividades.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras SR20/T, hoje compreendendo os Serviços de Obtenção de Terras – SR20/T-1, de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SR20/T-3, de Implantação de Projetos de Assentamento -SR20/T-2.

A SR20/T-1- Obtenção de Terras, procurou atingir todas as metas estipuladas, executando os trabalhos dentro de um planejamento estratégico que levou em conta: a capacidade operacional, os recursos programados, os servidores, os imóveis decretados para reforma Agrária, os imóveis imitidos na posse, e finalmente os Assentamento Criados/numero de Famílias assentadas.

O objetivo principal das atividades foi a Desapropriação para fins de Reforma Agrária, que demanda a meta de Vistorias Preliminares com o foco de identificar os imóveis que não estão cumprindo com sua Função Social. Antecedendo as vistorias, são feitos levantamentos prévios que demandam visitas em cartórios, órgãos Municipais e Estaduais, e em alguns casos visita in-loco dos imóveis alvos, culminando com a notificação pessoal do proprietário. Os imóveis selecionados são aqueles indicados pelos Movimentos Sociais, e bem como de análise feita no SNCR- Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Os processos dos Imóveis Improdutivos seguem para o Decreto, depois de seguir Normas e Recursos, e se nesta fase não tiver impedimento Judicial, após o Decreto, vem o Ajuizamento da Ação Desapropriatória, a Imissão na Posse, e finalmente a Criação do Projeto de Assentamento.

Já o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SR20/T-3, vinculado a essa Divisão, realiza as análises ambientais das propriedades em fase de desapropriação e solicita ao órgão competente a sua Licença Ambiental, nesse caso a Licença Prévia – LP.

Após essas fases finalmente é criado o Projeto de Assentamento, com todas as suas condicionantes da PL a serem cumpridas.

Em todas as fases processuais existe uma gama de atividades e normas a serem seguidas, exigindo assim vários deslocamentos a campo inclusive final de semana, em algumas ocasiões. Assim, diante de tamanho desafio, procuramos traçar algumas estratégias de ações: 1- Priorizar as ações de Vistorias em áreas Prioritárias (latifúndios, demanda social, localização etc.) 2- Efetuar Levantamentos Prévios nos imóveis acima de 15 módulos fiscais, 3- Monitoramento constante dos processos de Obtenção, 4- Centrar as ações dos servidores (peritos) nas Vistorias Preliminares.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

À Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento compete coordenar, executar e supervisionar a implantação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das atividades de Infraestrutura, Desenvolvimento de Projetos e Educação e Cidadania, dentre outras.

No exercício de 2009 a Divisão desenvolveu suas atividades com 19 servidores, uma vez que 01 engenheiro civil, por decisão da Sede, prestou serviços na Superintendência Regional de Santarém.

A promoção do desenvolvimento rural sustentável via serviços de Assistência Técnica Social e Ambiental – ATES, a concessão dos Créditos Instalação nas suas diversas modalidades, a demarcação topográfica e o georreferenciamento, a implementação dos projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias – Terra Sol, a implantação das obras de infra-estrutura básica, a regularização administrativa de lotes ocupados irregularmente, e a emissão dos Contratos de Concessão de Uso e destinação de áreas, nos Projetos de Assentamento existentes no Espírito Santo foram os principais objetivos da Divisão durante o exercício de 2009.

Vale destacar a contratação dos serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES, que possibilitou aos beneficiários dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo INCRA durante o exercício de 2009, acesso aos recursos do PRONAF e ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a importância dos técnicos de ATES no acompanhamento das diversas modalidades dos Créditos Instalação concedidos pelo INCRA e no levantamento da situação ocupacional dos lotes dos Projetos de Assentamento.

A aquisição de secadores e descascadores de café, secadores e descarpeladores de pimenta do reino através do Programa de Fomento a Agroindustrialização, a Comercialização e Atividades Pluriativas Solidárias – Terra Sol possibilitará um aumento na produção na melhoria da qualidade e conseqüentemente vantagens na comercialização destes produtos pelos beneficiários

A capacidade operacional em relação ao número de servidores na área de engenharia civil, os entraves com licenciamento ambiental e dificuldades técnicas por parte das Prefeituras Municipais com falta de pessoal especializado para elaboração dos projetos básicos para celebração de convênios prejudicaram a execução da meta da ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Com o advento da Instrução Normativa nº 47/2008, que veio a substituir a Instrução Normativa nº 22/2005, enfatizou-se o combate às situações de irregularidade nos Projetos de Assentamento, dentre as quais podemos destacar como as de maior repercussão a compra e venda de lotes, as infrações ambientais e o descumprimento das obrigações que caracterizam o contrato de assentamento. Assim,

a IN nº 47/2008 é bastante oportuna, à medida que aponta para procedimentos técnicos e impessoais nos casos em que se faz necessária a substituição de beneficiários em uma mesma parcela, prioriza as soluções administrativas em detrimento das ações judiciais e visa conferir maior racionalidade aos procedimentos de supervisão.

Por outro lado, a ausência de um Manual que sistematize, de modo detalhado, os procedimentos indicados nos casos de detecção de irregularidades atinentes à IN nº 47/2008 tem sido um verdadeiro entrave às ações de supervisão. Afinal, para que sejam implantadas de modo eficaz todas as mudanças trazidas pela norma, é imperiosa a presença de um instrumento que guie detalhadamente as ações dos servidores da Autarquia. Tal necessidade amplia-se quando a norma implantada traz mudanças significativas em relação às normas anteriores – o que, com efeito, se aplica ao presente caso. Outrossim, casos complexos como os de cabimento ou não de indenização a beneficiários desistentes e de retomada de lotes ocupados irregularmente por trabalhadores rurais que, em tese, se enquadram nos critérios de seleção previstos na Norma de Execução nº 45/2005, demandam a publicação, em caráter urgente, do Manual em comento.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Apesar das dificuldades enfrentadas pela Divisão de Administração, em especial a carência de pessoal administrativo, a Superintendência Regional do INCRA no Espírito Santo buscou manter o nível do padrão de serviços que presta como atividade meio, sem perder de vista a redução de custos na manutenção da Unidade.

Nesse sentido foi contratado serviço de sistema de monitoramento 24 horas e rastreamento veicular com instalação de GPS em todas as viaturas oficiais, praticada a compra antecipada visando à redução de preços, principalmente de passagens aéreas, e realizada campanha junto aos servidores para a redução de consumo de energia, água, telefonia, e materiais de consumo diverso. Também foi iniciado processo de desfazimento de bens em desuso na superintendência, que continua em andamento.

Além disso, compete a Divisão a gestão dos contratos de serviços terceirizados de apoio, manutenção predial, segurança, limpeza, manutenção de viaturas e demais serviços de governança, buscando propiciar as condições adequadas de trabalho aos servidores em geral.

2.3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do Programa: Celso de Lisboa de Lacerda

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Gezualdo Nunes Galvão

Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária

Público Alvo: Trabalhadores rurais sem-terra

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte:

² Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade

Finalidade:

Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição:

Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação:

Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família Assentada	770	285	0	37,01%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
30.800,00	47.780,25	47.735,95	99,91%	45.774,09	95,80%	45.774,09	95,80%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

O recurso descentralizado na ação foi aplicado no custeio de despesas para a execução do serviço de criação de projetos de assentamento, seleção cadastro e assentamento de famílias no Programa de Reforma Agrária. E ainda nas ações vinculadas à execução da Norma de Execução INCRA nº 70, de 12 de maio de 2008.

Do total de 285 famílias assentadas no ano de 2009, 190 famílias foram beneficiadas com lotes oriundos dos 04 novos assentamentos criados durante o ano. As demais, 95 famílias ao todo, foram

contempladas com lotes provenientes de regularização e retomadas administrativas em assentamentos já existentes.

Os quadros abaixo apresentam a distribuição das famílias nos respectivos projetos de Assentamento.

Famílias Assentadas em Projetos de Assentamento criados 2009

Projeto de Assentamento	Município	Famílias Assentadas
PA Franqueza e Realeza	Ecoporanga/ES Carlos Chagas e Nanuque/MG	97
PA Lírio dos Vales	Ecoporanga/ES e Ataléia/MG	12
PA José Marcos de Araujo Santos	Presidente Kennedy	66
PA São Gabriel	São Gabriel da Palha	15
TOTAL		190

Fonte: SIPRA

Famílias Assentadas em Projetos de Assentamento criados em anos anteriores

Projeto de Assentamento	Município	Famílias Assentadas
PA Pontal do Jundiá	Conceição da Barra	01
PA Georgina	São Mateus	03
PA Pip Nuck	Nova Venécia	01
PA Nova Esperança	Aracruz	02
PA Valdício Barbosa dos Santos	Conceição da Barra	04
PA Córrego da Lage	Mucurici	01
PA Floresta	Alegre	01
PA Santa Rita	Bom Jesus do Norte	04
PA Paulo Vinhas	Conceição da Barra	01
PA Olinda II	Pinheiros	01
PA Maria Olinda	Pinheiros	01
PA Celestina	Nova Venécia	01
PA Tomazzini	Santa Tereza	01
PA Luiz Taliuly Neto	Guaçu	02
PA Rancho Alegre	Mimoso do Sul	03
PA Ita	Itaguaçu	01
PA Santa Fé	Apiacá	03
PA Nova Safra	Itapemirim	11
PA Matutina	Itarana	01
PA Monte Alegre	Muqui	02
PA Zumbi dos Palmares	São Mateus	07
PA Paraíso	Alegre	01
PA Córrego do Augusto	Nova Venécia	01
PA 17 de Abril	Muqui	04
Otaviano Rodrigues de Carvalho	Ponto Belo	12
PA Santa Clara	Viana	01
PA São Sebastião	Montanha	01
PA Laje	Alto Rio Novo	07
PA Boa Vista	Ecoporanga	05
PA Sezinio Fernandes de Jesus	Linhares	11
TOTAL		95

Fonte: SIPRA

A Norma de Execução INCRA nº 70, de 12 de maio de 2008, que foi editada em função de correção efetuada pela Controladoria Geral da União (CGU) na base de dados do SIPRA. Nessa auditoria constatou-se que algumas famílias tinham seus CPF inconsistentes e outras não tinham perfil para beneficiários da reforma agrária. Para se chegar a essas conclusões a CGU efetuou consultas em bases governamentais por meio do CNIS.

Com relação às irregularidades 161 irregularidades detectadas de acordo com a NE70, foram notificados 160 beneficiários e/ou ex-beneficiários, sendo que o único beneficiário não notificado se trata de um beneficiário que está assentado num PA que teve a imissão de posse suspensa por liminar. Dessas 160 notificações realizadas, 63 processos foram indeferidos, 85 foram deferidos (desbloqueados) no SIPRA, os processos que ainda estão em andamento são:

NE70 – Processo em Andamento

Código SIPRA	Projeto de Assentamento	Beneficiário	Motivo
ES001100000134	Valdicio Barbosa	Laci Oliveira Mattos	Aguardando parecer da Procuradoria Jurídica
ES002700000009	Independência	Luiz Ailton Drosdrock	Prazo para resposta da notificação termina em 20/12/2009
ES003900000113	Maria Olinda	Djalma Dias Rocha	Aguardando parecer da Procuradoria Jurídica
ES004200000021	Miragem	Lourivaldo Pereira Dos Santos	Foi deferido no SIPRA antes de haver o monitoramento / já foi enviado e-mail solicitando atualização dos dados
ES004200000175	Miragem	Manoel Alves De Oliveira	Aguardando parecer da Procuradoria Jurídica
ES004400000275	Luiz Taliuly Neto	Rogério Ataíde Ribeiro	Foi deferido no SIPRA antes de haver o monitoramento / já foi enviado e-mail solicitando atualização dos dados
ES004700000125	Ita	Nilton Lopes Da Silva	Aguardando parecer da Procuradoria Jurídica
ES005400000077	Monte Alegre	Atílio Massini Neto	Aguardando resposta da Prefeitura Municipal de Muqui confirmando o vínculo empregatício
ES005600000329	Zumbi dos Palmares	Geraldo Vago	Foi deferido no SIPRA antes de haver o monitoramento / já foi enviado e-mail solicitando atualização dos dados
ES005700000029	Padre Pedro	Geraldo De Paula Ferreira	Aguardando decisão final do Gabinete
ES005800000022	Paraíso	Tereza Araujo Da Silva	Aguardando resposta da Prefeitura Municipal de Alegre confirmando o vínculo empregatício
ES005800000040	Paraíso	Sebastiana Maria Da Conceição Teixeira	Aguardando decisão final do Gabinete

Fonte: Coordenação dos Trabalho da NE70

Vale ressaltar que mesmo depois do encerramento dos procedimentos da NE nº 70 no SIPRA os trabalhos em campo continuarão por algum período, já que após o indeferimento dos beneficiários os mesmos precisarão ser notificados e terá que ser realizada uma vistoria no lote a ser desocupado. Portanto mesmo que todos os procedimentos no sistema e/ou processuais estejam encerrados, ainda haverá demanda de recurso e pessoal para notificar e vistoriar os beneficiários indeferidos, já que somente com estes procedimentos os processos serão encaminhados para a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento para as demais providências de retomada, cobrança de crédito e assentamento de nova família.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade

Finalidade:

Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição:

Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área vistoriada (ha)	26.600,0000	19.096,2512	2.239,2400	73,48%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
138.000,00	199.806,31	198.452,59	99,32%	188.187,73	94,19%	188.187,73	94,19%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Durante o exercício de 2009 foram realizadas 26 vistorias preliminares em imóveis rurais para levantamento de informações preliminares, totalizando uma área de 19.096,2512 há. Desse total foram identificados 08 imóveis improdutivos com 4.010,42 ha, que se não houver decisões judiciais contrárias, estarão seguindo para decreto. Foram realizadas também 04 Vistorias de Avaliação e finalmente a criação de 04 Projetos de Assentamento com um total de 233 vagas criadas.

O não atingimento das metas propostas se deve principalmente à fatores externos à Superintendência Regional. O primeiro deles ocorre em virtude de a meta estipulada pelo INCRA Sede estar além da capacidade operacional de realização de vistorias. O segundo se deve aos entraves jurídicos e da

legislação que estabelece o rito desapropriatório, além da enorme gama de exigências administrativas que causam lentidão aos processos.

O quadro abaixo apresenta a relação detalhada de imóveis onde foram realizadas vistorias preliminares durante o ano de 2009.

Imóveis Vistoriados em 2009

Imóvel Rural	N.ºdo Processo (54340)	Município	Código INCRA	Área (ha)
Faz. Ouro Verde	000196/2008-76	Fundão	503.037.002.637-3	250,1000
Faz. Estrela do Sul	000222/2009-47	Mucurici	501.034.001.619-3	810,9000
Faz. Maria Bonita	000226/2009-25	Mucurici	501.034.007.315-4	1.677,6000
Faz. Canaã	000193/2009-13	Ecoporanga	501.018.974.366-5	639,5400
Faz. Jacutinga	000215/2009-45	Ecoporanga	501.018.014.141-7	789,1000
Faz. Córrego da Lagoa	000384/2009-85	Nova Venécia	502.065.021.490-0	422,0000
Faz. Cinco Irmãos/Flo/Texas	000245/2009-51	São Mateus	503.061.030.759-5	642,0000
Faz. Cachoeira Bonita	000508/2009-22	Brejetuba	504.017.009.466-2	541,4000
Faz. Nossa Senhora das Graças	001720/2007-45	Mantenópolis	502.057.006.688-8	150,0000
Faz São Domingos	000607/2009-12	Afonso Cláudio	504.017.020.486-7	627,0000
Faz. Boa Vista	000606/2009-60	Afonso Cláudio	504.017.014.761-8	470,1000
Faz. Boa Esperança	000362/2009-15	Ecoporanga	501.018.011.223-9	1.775,1000
Faz. Nossa Senhora Favorita	000227/2009-70	Ecoporanga	501.018.015.679-1	780,4000
Faz. Ouro Verde	000363/2009-60	Ecoporanga	501.018.009.563-6	510,9000
Faz. Esmeralda	000850/2009-22	Afonso Cláudio	504.017.029.530-7	649,3900
Faz. São Jacinto	000564/2009-67	São Roque do Canaã	504.084.011.258-6	577,5000
Faz. Arizona	000782/2009-00	São Roque do Canaã	501.034.005.517-2	428,1000
Faz. Córrego da Cascata	000851/2009-77	Afonso Cláudio	504.017.016.454-7	357,5000
Faz. Dois Irmãos/Córrego da Divisa	000976/2009-05	S.Domingos do Norte	502.049.016.535-4	890,3912
Faz. Juassuba	001252/2009-71	Ecoporanga	501.018.009.172-0	1.013,3800
Faz. Boa Vista	000.1251/2009-26	Ecoporanga	000.051.658.138-7	402,2000
Faz. Jóia	001453/2009-78	Ecoporanga	815.349.068.241-4	815,4500
Faz. Bom Sossego	001248/2009-11	Ecoporanga	000.027.706.841-9	2.043,2000
Faz. Piau	001455/2009-67	Baixo Guandu	502.014.007.765-7	617,4000
Faz. São Lucas	001450/2009-34	Ecoporanga	501.018.012.025-8	557,8000
Faz. Ponta Grossa	001635/2009-49	Montanha/ES	501.026.003.468-9	657,8000
TOTAL				19.096,2512

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras – SR20/ES

O quadro abaixo apresenta a relação detalhada de imóveis onde foram realizadas vistorias de avaliação durante o ano de 2009.

Imóveis com Vistorias de Avaliação Realizadas em 2009

Imóvel Rural	Processo 54340.	Município	Situação da Vistoria	Área ha
Faz. Córrego da Lagoa	000384/2009-85	Nova Venécia	Concluso	422,0000
Faz. Primavera	001301/2008-94	São Mateus	Aguardando Laudo	624,2200
Faz. São João do Pouso Alto	000136/2008-53	São José do Calçado	Aguardando Laudo	129,3663
Faz. Independência e Aruanda	001192/2008-13	Guaçu e São José do Calçado	Sub-Judice	540,1560
TOTAL				1.715,7423

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras – SR20/ES

O quadro abaixo apresenta a relação de projetos de assentado criados o ano de 2009.

Projetos de Assentamentos Criados em 2009

Código SIPRA	Projeto de Assentamento	Município	Área (há)	Vagas Criadas
ES-0089000	José Marcos de Araujo	Presidente Kennedy	1.343,6386	75
ES-0087000	Franqueza e Realeza	Ecoporanga/ES - Carlos Chagas e Nanuque/MG	2.250,3500	100
ES-0088000	Lírio dos Vales	Ecoporanga/ES - Ataléia/MG	443,3835	10
ES-0090000	São Gabriel	São Gabriel da Palha	222,3394	15
TOTAL			4.259,9329	233

Fonte: SIR /Monitoria e Divisão de Obtenção de Terras – SR20/ES

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição:

Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença ambiental protocolada	15	15	0	93,33%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
29.564,00	75.243,60	74.699,47	99,28	70.999,27	94,36%	70.999,27	94,36%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

O INCRA segue as normas da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que estabelece que o assentamento de reforma agrária é uma atividade sujeita ao licenciamento ambiental e CONAMA Nº 387, com os procedimentos para esse tipo de licenciamento.

Durante o exercício de 2009 foram protocoladas 15 licenças junto ao Instituto Estadual de Meio

Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA. Desse total, 09 eram requerimentos de Licenças Prévias para fazendas que se apresentaram improdutivas e 06 eram Licenças Ambientais de Regularização (LAR) para os Assentamentos já consolidados pela Autarquia. Conforme tabela a seguir:

Licenças Ambientais Protocoladas em 2009

Projeto de Assentamento Atendido	Município	Tipo de Licença	Famílias Beneficiadas
PA Floresta	Alegre	LAR	77
PA Celestina	Nova Venécia	LAR	31
PA União	Mimoso do Sul	LAR	56
PA Zumbi dos Palmares	São Mateus	LAR	151
PA São Felipe	Guaçu	LAR	18
PA Florestan Fernandes	Guaçu	LAR	34
Fazenda Pouso Alto	São José do Calçado	LP	24
Fazenda Independência	São José do Calçado/ Guaçu	LP	36
Fazenda Monte Cristo	Ecoporanga	LP	40
Fazenda Córrego da Lagoa	Nova Venécia	LP	26
Fazenda Esmeralda	Afonso Claudio	LP	21
Fazenda Floresta e Texas	São Mateus	LP	45
Fazenda Cachoeira Bonita	Brejetuba	LP	19
Fazenda Boa Vista	Afonso Cláudio	LP	28
Fazenda São João	Muqui	LP	37
TOTAL			643

Fonte: Serviço de Meio Ambiente – SR20/ES

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA emitiu 05 licenças ambientais, sendo 01 LAR e 04 LP. Essas licenças beneficiam 278 famílias.

Licenças Ambientais Emitidas em 2009

Projeto de Assentamento Atendido	Município	Tipo de Licença	Famílias Beneficiadas
PA Ernesto Che Guevara	Mimoso do Sul	LAR	45
PA José Marcos de Araújo	Presidente Kennedy	LP	75
PA Lírio do Vale	Ecoporanga/ES Ataléia/MG	LP	100
PA Franqueza e Realeza	Ecoporanga/ES e Carlos Chagas/MG	LP	43
PA São Gabriel	São Gabriel da Palha	LP	15
TOTAL			278

Fonte: Serviço de Meio Ambiente – SR20/ES

Ao final do exercício de 2009 a Superintendência Regional do INCRA no Espírito Santo contava com 16 assentamentos com Licenças em vigor, sendo que dessas 05 expedidas ao longo do ano, como descrito anteriormente, totalizando 10 LAR's e 05 LP. Essas licenças beneficiam um total de 758 famílias em todo o Estado.

O quadro a seguir apresenta a distribuição das licenças ambientais em vigor:

Projetos de Assentamento com Licenças Ambientais em Vigor em 2009

Projeto de Assentamento Atendido	Município	Tipo de Licença	Famílias Beneficiadas
PA Adriano Machado	Montanha	LAR	73
PA Beija Flor	Alto Rio Novo	LAR	13
PA Santa Clara	Viana	LAR	31
PA São Sebastião	Montanha	LAR	83
PA Lage	Alto Rio Novo	LAR	50
PA Madre Cristina	Pancas	LAR	35
PA Margarida Alves	Pancas	LAR	06
PA Palestrina	Mimoso do Sul	LAR	50
PA Ernesto Che Guevara	Mimoso do Sul	LAR	45
PA Sezinio Fernandes de Jesus	Linhares	LP	100
PA José Marcos de Araújo	Presidente Kennedy	LP	75
PA Lírio do Vale	Ecoporanga/ES Ataléia/MG	LP	100
PA Franqueza e Realeza	Ecoporanga/ES Carlos Chagas/MG	LP	43
PA São Gabriel	São Gabriel da Palha	LP	15
PA Adão Preto	São Gabriel da Palha	LP	39
TOTAL			758

Fonte: Serviço de Meio Ambiente – SR20/ES

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição:

Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas INCRA-SEDE

decisões estratégicas:

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área obtida (ha)	4.082,0000	1.343,6386	0	32,92%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
21.433.530,69	7.222.080,66	7.222.080,66	100,00%	1.019.990,21	14,12%	1.019.990,21	14,12%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

TDA - 2009

TDA			
Provisão*	Empenhado	Liquidado	Pago
1.019.990,21	1.019.990,21	1.019.990,21	1.019.990,21

Fonte: SIAFI

Benfeitorias - 2009

Benfeitorias			
Provisão	Empenhado	Liquidado	Pago
6.202.090,45	6.202.090,45	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Esta meta esta diretamente relacionada com o numero de Decreto e conseqüente descentralizações de Recursos de Benfeitorias e TDA's. Se por um motivo ou outro os processos não chegam ao Decreto (principalmente ações na justiça), não tem vistorias de Avaliações, conseqüentemente não pagamento de indenizações. Ressaltando que não tivemos problema com recursos para o atingimento desta meta.

Ao longo de 2009 foram empenhados recursos da ordem de R\$ 1.019.990,21 em TDA's, recursos que foram liquidados durante o próprio exercício diretamente pela Sede do INCRA. Além disso, também foram descentralizados recursos orçamentários visando o pagamento de benfeitorias referentes fazenda Ipiranga, conforma quadro que segue abaixo. No entanto esse valor foi inscrito em restos a pagar.

Benfeitorias Pagas - 2009

Imóvel	Município	Projeto de Assentamento	Área	Famílias Beneficiadas	VTI (R\$)
Faz. Ipiranga	Ponto Belo	Otaviano Rodrigues de Carvalho	962,7300	98	6.202.090,45

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras – SR20/ES

O único e principal obstáculo responsável pelo não alcance da meta estabelecida foi o grande número de processos com ações paralisadas na justiça, não chegando a decreto.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição:

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
460,00	14.375,80	14.243,72	99,08%	14.243,72	99,08%	14.243,72	99,08%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Os recursos descentralizados nesta ação foram destinados ao custeio de procedimentos administrativos, como perícias judiciais, e custeio de deslocamento de servidores no desempenho das atividades finalísticas da relacionadas ao Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, tais como diárias e passagens aéreas.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

DADOS GERAIS DO PROGRAMA

Tipo de Programa:	Finalístico
Objetivo Geral:	Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.
Objetivos Específicos:	Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.
Gerente do Programa:	César José de Oliveira.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	Patrícia Soneghet Baiocco Andrade Nascimento
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa:	Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento
Público-alvo (beneficiários):	Famílias assentadas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte:

³ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição:

Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc., visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida (un.)	307	249	0	81,11%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.688.969,00	1.071.764,90	1.070.908,57	99,92%	1.043.227,96	97,34%	1.043.227,96	97,34%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

A implantação de obras de engenharia componentes da infra-estrutura básica de projetos de Assentamento está estabelecida na Norma de Execução nº 54 de 29/12/2006, e compreende as estradas vicinais de acesso e de comunicação interna das parcelas, sistemas de abastecimento de água, rede tronco de energia elétrica e habitação rural, dentre outras previstas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA ou no Plano de Recuperação do Assentamento – PRA.

A parceria entre o INCRA e Prefeituras Municipais através da aquisição de óleo diesel e manilhas para recuperação de estradas, abertura de acessos ao lotes e construção de platôs possibilitando a construção das casas dos assentados, a efetivação na utilização da ferramenta CAD por parte do Setor

de Engenharia, o que deu produtividade e qualidade aos projetos propostos para o ano de 2009 podem ser destacados como pontos positivos.

A Superintendência articulou com algumas prefeituras a possibilidade de se firmar convênios para execução de obras de infra-estrutura nos assentamentos, porém devido a dificuldades técnicas das prefeituras com falta de pessoal especializado para elaboração de projetos básicos, inviabilizou a contratação das obras propostas.

Dois técnicos do serviço de infra-estrutura participaram de treinamento em gestão de convênios com ênfase no SICONV e estão aptos a acompanhar e gerenciar as propostas de convênio para obras. Também foram treinados em curso de fiscalização de obras públicas e já aplicaram os conhecimentos adquiridos nas obras contratadas no ano de 2009.

Foi notória a maior facilidade de trabalho com empresas que têm sistemas de Gestão de Qualidade em relação às que não tem, apesar da administração pública federal, segundo orientação do próprio TCU, não poder preterir uma à outra.

Faz-se necessário citar também o fato de no ano de 2009 haver apenas um profissional na área de Engenharia Civil, o que retardou a formulação de projetos básicos para contratação das obras, assim como a demora na liberação do licenciamento ambiental para a construção das barragens.

Seguem relacionadas abaixo as obras e serviços de engenharia executadas no âmbito desta Superintendência Regional no exercício de 2009.

Assentamento Adriano Machado - 74 Famílias Atendidas

AÇÃO 1: Licitação: Convite INCRA / SR-20 /CPL/Nº 01 / 2009 Processo Administrativo: 54340.000252/2009-53 Contrato de CRT / ES / N.º 6/2009 Contratada: GEOINLOCO ENGENHARIA LTDA Objeto: Execução de serviços de sondagem a percussão. Valor do Total do Contrato: R\$ 115.965,80 Valor Total dos serviços executados e pagos: R\$ 114.509,47

Assentamento Oziel Alves - 55 Famílias Atendidas

AÇÃO 1: Licitação: Convite INCRA / SR-20 /CPL/Nº 01 / 2009 Processo Administrativo: 54340.000252/2009-53 Contrato de CRT / ES / N.º 6/2009 Contratada: GEOINLOCO ENGENHARIA LTDA Objeto: Execução de serviços de sondagem a percussão. Valor do Total do Contrato: R\$ 115.965,80 Valor Total dos serviços executados e pagos: R\$ 114.509,47

Projeto de Assentamento São Sebastião – 73 Famílias Atendidas

AÇÃO 1:

Licitação: Tomada de Preço INCRA / SR-20 / n.º 01 / 2009 – Lote I
Processo Administrativo: 54340.000361/2009-71
Processo Administrativo de Pagamento: 54340.001202/2009-93
Contrato de CRT / ES / N.º 8/2009
Contratada: ZAMAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME
Objeto: Construção de 11,70 Km de estradas vicinais, padrão alimentadora.
Valor do Contrato: R\$ 198.765,95
Valor do 1.º Termo Aditivo: R\$ 26.965,02
Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 225.730,95

AÇÃO 2:

Licitação: Tomada de Preço INCRA / SR-20 / n.º 01 / 2009 – Lote II
Processo Administrativo: 54340.000361/2009-71
Processo Administrativo de Pagamento: 54340.001210/2009-30
Contrato de CRT / ES / N.º 12/2009
Contratada: LACCHENG ENGENHARIA - ME
Objeto: Construção de 01 (uma) ponte de concreto armado, classe 45 Ton.
Valor do Contrato: R\$ 189.584,81
Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 189.558,65

AÇÃO 3:

Licitação: Tomada de Preço INCRA / SR-20 / n.º 01 / 2009 – Lote III
Processo Administrativo: 54340.000361/2009-71
Processo Administrativo de Pagamento: 54340.001209/2009-13
Contrato de CRT / ES / N.º 11/2009
Contratada: ZAMAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME
Objeto: Construção de 01(uma) barragem de terra.
Valor do Contrato: R\$ 74.961,98
Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 74.604,97

AÇÃO 4:

Licitação: Tomada de Preço INCRA / SR-20 / n.º 01 / 2009 – Lote IV
Processo Administrativo: 54340.000361/2009-71
Processo Administrativo de Pagamento: 54340.001208/2009-61
Contrato de CRT / ES / N.º 10/2009
Contratada: ATLAS ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES LTDA
Objeto: Construção de 01 (UMA) barragem de concreto
Valor do Contrato: R\$ 338.769,14
Valor do 1.º Termo Aditivo: R\$ 74.282,26
Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 413.051,40

AÇÃO 5:

Licitação: Convite INCRA / SR-20 /CPL/Nº 01 / 2009
Processo Administrativo: 54340.000252/2009-53
Contrato de CRT / ES / N.º 6/2009
Contratada: GEOINLOCO ENGENHARIA LTDA
Objeto: Execução de serviços de sondagem a percussão.
Valor do Total do Contrato: R\$ 115.965,80
Valor Total dos serviços executados e pagos: R\$ 114.509,47

Assentamento Madre Cristina - 35 Famílias Atendidas**AÇÃO 1:**

Licitação: Convite INCRA / SR-20 /CPL/Nº 01 / 2009

Processo Administrativo: 54340.000252/2009-53

Contrato de CRT / ES / N.º 6/2009

Contratada: GEOINLOCO ENGENHARIA LTDA

Objeto: Execução de serviços de sondagem a percussão.

Valor do Total do Contrato: R\$ 115.965,80

Valor Total dos serviços executados e pagos: R\$ 114.509,47

AÇÃO 2:

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.000982/2009-54

Contratada: POSTO CORDILHEIRAS LTDA

Objeto: Aquisição de 3.900 litros de óleo diesel para abertura de acesso aos lotes e dos platôs para construção das casas.

Valor do Contrato: R\$ 7.956,00

Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 7.917,01

AÇÃO 3:

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.000981/2009-18

Contratada: COMERCIAL MATAVELI LTDA EPP

Objeto: Aquisição de 21 manilhas de 100 cm de diâmetro viabilizar a abertura de acesso aos lotes e dos platôs para construção das casas.

Valor do Contrato: R\$ 7.035,00

Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 7.035,00

Assentamento Boa Vista - 57 Famílias Atendidas**AÇÃO 1:**

Licitação: Convite INCRA / SR-20 /CPL/Nº 01 / 2009

Processo Administrativo: 54340.000252/2009-53

Contrato de CRT / ES / N.º 6/2009

Contratada: GEOINLOCO ENGENHARIA LTDA

Objeto: Execução de serviços de sondagem a percussão.

Valor do Total do Contrato: R\$ 115.965,80

Valor Total dos serviços executados e pagos: R\$ 114.509,47

Assentamento Sezinio Fernandes de Jesus - 100 Famílias Atendidas**AÇÃO 1:**

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.001076/2009-77

Contratada: DEL'SANTO & CIA LTDA

Objeto: Aquisição de 3.905 litros de óleo diesel para abertura de aceiros no entorno das áreas de APP e Reserva Legal.

Valor do Contrato: R\$ 7.497,60

Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 2.700,51

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 4.797,09

Assentamento São Felipe - 18 Famílias Atendidas**AÇÃO 1:**

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.002078/2009-83

Contratada: XODÓ POSTO E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Aquisição de 3.800 litros de óleo diesel para abertura de estradas, construção de terreiros de café.

Valor do Contrato: R\$ 7.296,60

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 7.296,60

Assentamento Margarida Alves - 06 Famílias Atendidas**AÇÃO 1:**

Licitação: Convite INCRA / SR-20 /CPL/Nº 01 / 2009

Processo Administrativo: 54340.000252/2009-53

Contrato de CRT / ES / N.º 6/2009

Contratada: GEOINLOCO ENGENHARIA LTDA

Objeto: Execução de serviços de sondagem a percussão.

Valor do Total do Contrato: R\$ 115.965,80

Valor Total dos serviços executados e pagos: R\$ 114.509,47

AÇÃO 2:

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.000982/2009-54

Contratada: POSTO CORDILHEIRAS LTDA

Objeto: Aquisição de 3.900 litros de óleo diesel para abertura de acesso aos lotes e dos platôs para construção das casas.

Valor do Contrato: R\$ 7.956,00

Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 7.917,01

AÇÃO 3:

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.000981/2009-18

Contratada: COMERCIAL MATAVELI LTDA EPP

Objeto: Aquisição de 21 manilhas de 100 cm de diâmetro viabilizar a abertura de acesso aos lotes e dos platôs para construção das casas.

Valor do Contrato: R\$ 7.035,00

Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 7.035,00

Assentamento Luiz Taliuly Neto - 136 Famílias Atendidas**AÇÃO 1:**

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.002078/2009-83

Contratada: XODÓ POSTO E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Aquisição de 3.800 litros de óleo diesel para abertura de estradas, construção de terreiros de café.

Valor do Contrato: R\$ 7.296,60

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 7.296,60

Assentamento Otaviano Rodrigues de Carvalho - 98 Famílias Atendidas**AÇÃO 1:**

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.002052/2009-35

Contratada: SERVICENTRO OLIVEIRA RIOS LTDA

Objeto: Aquisição de 3.650 litros de óleo diesel para abertura e recuperação de estradas, construção de bueiros.

Valor do Contrato: R\$ 7.409,50

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 7.409,50

AÇÃO 2:

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.002079/2009-28

Contratada: CONSTRUTORA IMPERIAL LUZ LTDA - ME

Objeto: Aquisição de 87 manilhas de concreto 0,60 x 1,00 m com vergalhão para construção de bueiros.

Valor do Contrato: R\$ 8.178,00

Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 8.178,00

Assentamento Rancho Alegre - 56 Famílias Atendidas**AÇÃO 1:**

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.00114/2009-91

Contratada: AUTO POSTO TROPICAL LTDA.

Objeto: Aquisição de 3.900 litros de óleo diesel para abertura e recuperação de estradas de acesso aos lotes e dos platôs para construção das casas e abertura de tanques para criação de peixes.

Valor do Contrato: R\$ 7.520,00

Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 7.520,00

Assentamento Palestrina - 50 Famílias Atendidas**AÇÃO 1:**

Licitação: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 54340.00114/2009-91

Contratada: AUTO POSTO TROPICAL LTDA.

Objeto: Aquisição de 3.900 litros de óleo diesel para abertura e recuperação de estradas de acesso aos lotes e dos platôs para construção das casas e abertura de tanques para criação de peixes.

Valor do Contrato: R\$ 7.520,00

Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 7.520,00

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:	Atividade
Finalidade:	Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável
Descrição:	Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:	INCRA-SEDE
Coordenador nacional da ação:	Vinícius Ferreira de Araújo.
Unidades executoras:	Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	família	428	0	135	0

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
223.545,00	232.322,58	230.744,34	99,32%	90.900,29	39,13%	90.900,29	39,13%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Ao longo de 2009, foram realizados serviços topográficos de georreferenciamento, levantamento planialtimétrico e demarcação em 09 projetos de assentamento, conforme segue relacionado abaixo:

Projetos de Assentamento: Florêncio Tozzo - Mantenópolis/ES - 36 famílias
Sezinio Fernandes de Jesus - Linhares/ ES - 100 famílias

- Licitação: Tomada de Preço INCRA / SR-20 / n.º 02 / 2009
- Processo Administrativo: 54340.000966/2009-61
- Contrato de CRT / ES / N.º 19/2009
- Contratada: APR Engenharia e Consultoria Ltda.
- Objeto: Georreferenciamento, levantamento planialtimétrico e demarcação topográfica
- Valor do Contrato: R\$ 130.000,00 (R\$ 40.000,00 Florêncio e R\$ 90.000,00 Sezinio)
- Valor do 1.º Termo Aditivo: R\$ 19.500,00 (R\$ 5.500,00 Florêncio e R\$ 14.000,00 Sezinio)
- Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 52.000,00
- Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 97.500,00

O aditivo foi necessário tendo em vista que o número de parcelas a serem demarcadas nos projetos de assentamentos, após aprovado o projeto, aumentou muito em relação ao que estava previsto no Edital

e respectivo Projeto Básico. No PA Florêncio Tozzo estavam previstas 40 parcelas e ficou com 49 e no PA Sezinio Fernandes de Jesus estavam previstas 100 e ficou com 106 parcelas. Quanto ao valor que ficou empenhado em restos a pagar, foi necessário porque o serviço atrasou em função do atraso do INCRA junto com os assentados em definir o parcelamento e repassar à empresa executante para a finalização dos serviços.

Projeto de Assentamentos: Oziel Alves - Montanha/ES - 55 famílias
Adriano Machado - Montanha/ES - 74 famílias
São Sebastião - Montanha/ES - 73 famílias
Madre Cristina - Pancas/ES - 35 famílias
Margarida Alves - Pancas/ES - 06 famílias
Boa Vista - Ecoporanga/ES - 57 famílias

- Licitação: Convite INCRA / SR-20 / n.º 06/2009
- Processo Administrativo: 54340.001484/2009-29
- Contrato de CRT / ES / N.º 23 /2009
- Contratada: Agroplan Consultoria Planejamento e Assistência Técnica Agrícola Ltda.
- Objeto: Serviço de levantamento planialtimétrico georreferenciado de 31 áreas distribuídas em 05 PA's num total de 91,4423 há, com fornecimento de plantas e arquivos digitais do levantamento, nos PA's Oziel Alves e São Sebastião – Montanha/ES, Madre Cristina e Margarida Alves – Pancas/ES e Boa Vista – Ecoporanga/ES
- Valor do Contrato: R\$ 30.000,00
- Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 30.000,00

Projeto de Assentamento: Matutina - Laranja da Terra e Itarana/ES - 83 famílias

- Licitação: Convite INCRA / SR-20 /CPL/ n.º 04/2009
- Processo Administrativo: 54340.001245/2009-79
- Contrato de CRT / ES / N.º 21 /2009
- Contratada: Agroplan Consultoria Planejamento E Assistência Técnica Agrícola Ltda.
- Objeto: Georreferenciamento de uma área de 603 ha, na Fazenda Matutina e no Projeto de Assentamento Matutina, localizados nos municípios de Laranja da Terra e Itarana/ES
- Valor do Contrato: R\$ 14.990,58
- Valor do 1.º Termo Aditivo: R\$ 3.746,00
- Valor dos serviços executados e pagos: R\$ 7.495,42
- Valor inscrito em restos a pagar: R\$ 11.241,16

A demanda para este serviço surgiu de acordo ocorrido durante reunião com a Ouvidoria Agrária Nacional em Brasília na tentativa de se obter um desfecho para o caso que se arrasta há 13 anos na justiça. No entanto, durante a execução dos serviços, o expropriado negou sua continuidade descumprindo o acordo. Por esse motivo o serviço se encontra paralisado e o caso está sendo encaminhado ao Ministério Público Federal para providências, por isso existe o valor em restos a pagar.

Quanto ao aditivo, o motivo é que algumas divisas da propriedade não tinham demarcação física, o que impossibilitaria a execução do trabalho e, por consequência, o seu objetivo. Sendo assim, foi necessária a determinação e locação de alguns trechos de divisa para viabilizar o trabalho, o que não era previsto no Projeto Básico.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais

Descrição:

a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	4	Família beneficiada	0	50	395	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	604.050,08	601.678,09	99,61%	40.374,01	6,68%	40.374,01	6,68%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Os critérios e procedimentos à implantação de Projetos da Ação de Fomento a Agroindustrialização, à Comercialização e às Atividades Pluriativas Solidárias – Terra Sol, estão estabelecidos na Norma de Execução/INCRA/DD/nº 76/2008.

No exercício de 2009 os projetos do Programa Terra Sol foram enviados pelos interessados a esta Superintendência Regional a partir de março e os recursos liberados entre junho e outubro de 2009. Em função da demora da liberação das Licenças Ambientais para a instalação dos equipamentos e construção dos galpões, os pregões foram feitos nos últimos dias do mês de dezembro. Por esse motivo, é que se apresenta um baixo valor de recursos de empenhos liquidados com relação aos empenhos emitidos, uma vez que o devido processo de instalação e construção dos galpões estará em curso nos meses de 2010.

Em relação à meta física foram atendidos os Projetos de Assentamento Rodeio, localizado em Nova Venécia e Chapadão do Rio Quartel, localizado em Linhares, que tiveram suas ações iniciadas e concluídas durante o ano e 2009.

Além dos recursos orçamentários aplicados nas ações que estão listadas no quadro que segue abaixo, também foram aplicados recursos na realização da Feira da Agricultura Familiar, bem como em despesas com custeio da ação, tais como diárias, combustíveis e manutenção de viaturas.

No quadro abaixo estão detalhadas as ações de investimentos e os recursos orçamentários disponibilizados em cada uma delas, bem como os projetos de assentamento contemplados e as famílias beneficiadas.

Ações do Terra Sol em Projetos de Assentamento em 2009

Ação	Processo Administrativo	Projeto de Assentamento	Famílias Beneficiadas	Município	Valor Empenhado (R\$)	Valor Inscrito em Restos a Pagar (R\$)
Aquisição de secador e descascador de café, secador e descarpelador de pimenta do reino	54340.001760/2009-59	Zumbi dos Palmares	151	São Mateus	441.000,00	441.000,00
		Vale da Vitória	39	São Mateus		
		Pip-Nuck	50	Nova Venécia		
		Celestina	31	Nova Venécia		
		Valdício Barbosa dos Santos	89	Conceição da Barra		
Instalação dos centros de transformação de 37,5 kVA, 45 kVA e 75 kVA	54340.001864/2009-63	Rodeio	35	Nova Venécia	57.717,07	57.717,07
		Pip-Nuck	50	Nova Venécia		
		Celestina	31	Nova Venécia		
		Valdício Barbosa dos Santos	89	Conceição da Barra		
		Vale da Vitória	39	São Mateus		
Elaboração de projeto de reforma de galpão com 119m².	54340.001838/2009-35	Chapadão do Rio Quartel	15	Linhares	3.600,00	-
Reforma e ampliação de um galpão industrial com 654,68m² de área total, sendo 217,50m² de construção nova e 437,18m² de reforma .	54340.001690/2009-39	Zumbi dos Palmares	151	São Mateus	62.164,41	62.164,41
TOTAL					564.481,48	560.881,48

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – SR20/ES

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição:

a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Ricardo França.

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Documento de titulação expedido	0	1.520	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	27.500,00	19.391,92	70,52%	17.831,92	64,84%	17.831,92	64,84%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

O Contrato de Concessão de Uso – CCU é o instrumento formal que comprova a transferência provisória da parcela ao assentado, ou seja, todo beneficiário que não tenha o antigo contrato ou o antigo termo de compromisso deve possuir o CCU, por isso o número considerável de publicação deste documento.

Contratos de Concessão de Uso Publicados em 2009

Projeto de Assentamento	Município	Documentos Emitidos
Palestrina	Mimoso do Sul	04
Pip-Nuck	Nova Venécia	49
União	Mimoso do Sul	52
Santa Clara	Viana	02
Boa Vista	Ecoporanga	06
Ouro Verde	Muniz Freire	29
Beija Flor	Alto Rio Novo	13
São Sebastião	Montanha	04
Guanabara	São Mateus	12
São Felipe	Guaçu	02
Madre Cristina	Pancas	03
Florestan Fernandes	Guaçu / São José do Calçado	32
Santa Rita	Bom Jesus do Norte	03
Pontal do Jundiá	Conceição da Barra	01
Ernesto Che Guevara	Mimoso do Sul	42
Margarida Alves	Pancas	06
Paraíso	Alegre	36
Valdício Barbosa	Conceição da Barra	15
Juerana	Sã Mateus	17
Padre Pedro	Mantenópolis	36
Córrego da Lage	Mucurici	113
Travessia	Nova Venécia	20
Rosa de Saron	Águia Branca	36
Monte Alegre	Muqui	01
Laje	Alto Rio Novo	08
Nova Esperança	Aracruz	14
Sezinio Fernandes de Jesus	Linhares	40
Luiz Taliuly Neto	Guaçu	109
Nova Safra	Itapemirim	109
Florêncio Tozzo	Mantenópolis	32
Zumbi dos Palmares	São Mateus	03
Rodeio	Nova Venécia	33
Floresta	Alegre	33
Boa Esperança	Alto Rio Novo	45
Oziel Alves	Montanha	55
Adriano Machado	Montanha	70
Georgina	São Mateus	03
3 Corações	Barra São Francisco / Vila Pavão	125
Celestina	Nova Venécia	31
Castro Alves	Pero Canário	02
Teixeirinha	Apiacá	26
Maria Olinda	Pinheiros	03
Olinda II	Pinheiros	88
Santa Fé	Apiacá	47
Córrego do Augusto	Nova Venécia	25
Ita	Itaguaçu	49
Tomazzini	Santa Tereza	36
TOTAL		1.520

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento SR20/ES

Para a transferência do Título Definitivo há necessidade do cumprimento de uma série de exigências, como está estabelecido no artigo 5º da Instrução Normativa 30 de 24/02/2006, "I - averbação da ação expropriatória no Registro de Imóveis competente e do auto de imissão de posse, para a transferência provisória, no caso de CCU e matrícula, registro ou transcrição da área em nome do INCRA ou da União, para a transferência definitiva, no caso de TD; II - cadastramento do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, em nome do INCRA, ou em nome da União; III - planta e memorial descritivo do imóvel, georreferenciado, com o parcelamento, se for o caso; IV - registro da planta geral e respectivo memorial descritivo do projeto de assentamento criado e das parcelas, se for o caso, no Cartório de Registro de Imóveis competente; V - averbação pelo INCRA da área de reserva legal, quando comunitária, no caso de TD; e VI - definição dos valores básicos a serem considerados para a alienação do imóvel, que constarão do TD, apurados na forma estabelecida pelo art. 18, da Lei nº 8.629, de 1993".

No ano de 2009, não houve nenhum assentamento da área de jurisdição desta Superintendência Regional, que cumprisse as normas exigidas para publicação do Título Definitivo.

Nesse ano, foram realizados quatro processos de destinação de terra em assentamentos no estado do Espírito Santo, que foram: transferência de uma área de 10.000m² da área social do Projeto de Assentamento 17 de Abril, ao Movimento de Educação Profissional do Espírito Santo (MEPES) para construção de uma Escola Familiar Agrícola; transferência de uma área de 15.544 m² da área comunitária do PA Luiz Taliuly Neto, à Prefeitura Municipal de Guaçu para construção de uma Escola Municipal Pluridocente de Ensino Fundamental; Destinação de uma área de 1.080 m² da área comunitária que integra o PA Celestina, à Mitra Diocesana de São Mateus, para uso pleno terreno que contém um templo religioso e um galpão comunitário. Foi destinada uma área de 22.367 m² da área comunitária do PA Ouro Verde, ao Movimento de Educação Profissional do Espírito Santo para construção de uma Escola Família Agrícola, conforma o quadro que segue abaixo:

Área Destinada em Projetos de Assentamento em 2009

Projeto de Assentamento	Município	Área (m²)	Destinatário
17 de Abril	Muqui	10.000	Movimento de Educação Profissional do Espírito Santo (MEPES)
Luiz Taliuly Neto	Guaçu	15.544	Prefeitura Municipal de Guaçu
Celestina	Nove Venécia	1.080	Mitra Diocesana de São Mateus -ES
Ouro Verde	Muniz Freire	22.367	Movimento de Educação Profissional do Espírito Santo (MEPES)

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento SR20/ES

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Projeto.

Finalidade:

Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição:

a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Aurora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Unidade familiar de produção atendida	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Esta ação não se aplica a UJ, tendo em vista que na Superintendência Regional do INCRA no Espírito Santo não há projetos de assentamento compreendidos em seu escopo, conforme a própria descrição da ação.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando à recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição:

Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA -SEDE

Coordenador nacional da ação:

Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Unidade familiar de produção atendida	1.147	226	78	19,70%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.146.808,00	410.089,06	408.876,10	99,70%	397.773,33	97,28%	397.773,33	97,28%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Entre tantas atividades a Ação de Manejo Ambiental está voltada para recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal, além do cumprimento de condicionantes ambientais

para a obtenção e manutenção de licenciamento para os projetos de assentamento.

Além disso, existem demandas que são colocadas por outros órgãos externos, como é o caso do Projeto Corredor Ecológico do MMA ou, como é caso PA Ouro Verde, atendimento às Recomendações da Procuradoria da República.

Ao longo de 2009, 10 projetos de assentamento foram contemplados atividades de manejo ambiental, nas quais foram aplicados os recursos destinados à ação, bem como ao seu custeio. É importante ressaltar que ao longo do ano houve dificuldade no empenho de recursos orçamentários tendo em vista que alguns dos projetos possuíam aplicação direta, no entanto os recursos originários estavam destinados ao repasse e/ou convênios com prefeituras, o que não aconteceu.

Segue abaixo a descrição dos projetos de manejo ambiental elaborados e executados pelo corpo técnico da Superintendência Regional do INCRA no Espírito Santo. Esses projetos visam atender às condicionantes das Licenças Ambientais e ao Plano de Gestão Ambiental elaborado em 2006 pela Autarquia.

ASSENTAMENTO PIRANEMA

Acompanhar finalização do projeto iniciado no ano anterior (maio/08 - fevereiro/09).
Motivo: Localização do Assentamento próximo a área prioritária do Corredor Ecológico Centro-serrano.
Objetivo: Levantar áreas para implantação de Sistema Agroflorestais.
65 famílias beneficiadas.

ASSENTAMENTO SEZÍNIO FERNANDES DE JESUS

Projeto com início em novembro/2009 e término em dezembro/2009
Motivo: Cumprimento de condicionantes da Licença Prévia Nº 116/2008 – IEMA.
Objetivo: Recuperar Área Degradada em APP e reflorestamento em 8,5 ha de Reserva legal.
Projeto executado em parceria com o DER-ES ao atender um plano de compensação relativo à construção da estrada ES 248.
Não foi necessário adquirir nenhum material e mão-de-obra em contrapartida do assentado.

ASSENTAMENTO BEIJA FLOR

Projeto com início de sua implantação em agosto/09 e término em novembro/09.
Motivo: Cumprimento de condicionantes da Licença Ambiental de Regularização Nº 005/2007 – IEMA.
Objetivo: Isolar e plantar 9,3 ha de Área de Preservação Permanente com 1,3 km de cerca.
13 famílias beneficiadas.
Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida dos assentados.
7500 Mudas de espécies nativas recebidas por doação da SEAG.
Material Adquirido:

- 31 und de estacas de eucalipto Ø de 16-20 cm;
- 537 und de estacas de eucalipto Ø 10-13 cm;
- 14 rl de arame 500 m;
- 10 kg de grampo;
- 27 kg de isca formicida.

ASSENTAMENTO CASTRO ALVES

Acompanhar finalização do projeto iniciado em 2007 ainda em finalização.
Motivo: Cercamento de nascentes – projeto Ninhos d'água (que atende ao Plano de Gestão Ambiental).
Objetivo: Cercamento de 18 nascentes.
18 famílias beneficiadas.
Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado.

ASSENTAMENTO CORREGO DO AUGUSTO

Iniciar o projeto de cercamento de áreas de APP's e Reserva Legal , considerando que o material para o cercamento já se encontra no PA. O projeto foi iniciado no ano anterior (maio/08 – ainda em finalização).
Motivo: Localização do Assentamento em área prioritária do Corredor Ecológico Pedra do Elefante.
Objetivo: Cercar 8,3 km de Reserva Legal e recuperação de 1,5 ha de área degradada no PA.
25 famílias beneficiadas.
Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado.

ASSENTAMENTO 03 CORAÇÕES

Acompanhar finalização do projeto iniciado no ano anterior (maio/08 – ainda em finalização).
Motivo: Demanda pela Divisão de Desenvolvimento do INCRA (que atende ao Plano de Gestão Ambiental).
Objetivo: Cerca e plantar através de mutirão 32,91 ha de Reserva Legal do PA.
156 famílias beneficiadas.
Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado.
Mudas de espécies nativas adquiridas através de doação pela Vale.

ASSENTAMENTO TRAVESSIA

Projeto com início de sua implantação em agosto/09 e ainda em finalização.
Motivo: Licenciamento ambiental da barragem do assentamento junto ao IDAF.
Objetivo: 3,7 km de cerca construída para isolar 1,28 ha de Área de Preservação Permanente da barragem e margem do Rio do Norte.
21 famílias beneficiadas.
Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado.
2500 Mudas de espécies nativas recebidas por doação da SEAG.
Material Adquirido:

- 74 und de estacas de eucalipto Ø de 16-20 cm;
- 1163 und de estacas de eucalipto Ø 10-13 cm;
- 30 rl de arame 500 m;
- 26 kg de grampos.

ASSENTAMENTO SÃO SEBASTIÃO
AÇÃO 1: Projeto com início de sua implantação em agosto/09 e término em dezembro/2009. Motivo: Cumprimento de condicionantes da Licença Ambiental de Regularização Nº 012/2007 – IEMA Objetivo: 13,8 km de cerca construída para isolar 13 Áreas a serem averbadas como Reserva Legal. 83 famílias beneficiadas. Aquisição de material e execução realizada através da contratação de Pessoa Jurídica
AÇÃO 2: Projeto com início de sua implantação em agosto/09 e término em dezembro/2009. Motivo: Exigência do IDAF para licenciamento de duas barragens construídas no Assentamento. Objetivo: Recuperação de 2,2 ha APP e cercamento 1,2 km do entorno dessas barragens. 83 famílias beneficiadas. Aquisição de material e execução realizada através da contratação de Pessoa Jurídica

ASSENTAMENTO BOA VISTA
AÇÃO 1: Acompanhar finalização do projeto iniciado no ano anterior (maio/08 - dezembro/09). Motivo: Atendimento à demanda da própria Associação do PA (que atende ao Plano de Gestão Ambiental). Objetivo: Construir 5,1 km de cerca para isolar área de Reserva Legal do PA. 57 famílias beneficiadas. Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado.
AÇÃO 2: Projeto com início de sua implantação em agosto/09 e ainda em finalização. Motivo: Atendimento à demanda da própria Associação do PA (que atende ao Plano de Gestão Ambiental). Objetivo: Cercamento para isolar 8,3 km de Área de Preservação Permanente. 57 famílias beneficiadas. Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado. Material Adquirido: • 166 und de estacas de eucalipto Ø de 16-20 cm; • 2600 und de estacas de eucalipto Ø 10-13 cm; • 67 rl de arame 500 m; • 50 kg de grampos.
AÇÃO 3: Projeto com início de sua implantação em maio/09 e previsão de término em novembro/11 Motivo: Atendimento ao Licenciamento Ambiental Objetivo: Reflorestamento de 44,30 ha em duas etapas das áreas em pasto da Reserva Legal 57 famílias beneficiadas. Material adquirido pelo INCRA e mão-de-obra como contrapartida do assentado. 1000 mudas de espécies exóticas (seringueira) e 10000 mudas de espécies nativas recebidas por doação da SEAG através do programa Campo Sustentável. Material Adquirido: • 3000 L de Óleo diesel para o trator da associação; • 7000 kg de adubo, 4250 kg de calcário; • Equipamentos de proteção individual; • 60 kg de formicida; • 8 kg de inseticida • 1050 kg de fertilizante.

ASSENTAMENTO OURO VERDE

AÇÃO 1:

Acompanhar finalização do projeto iniciado no ano anterior (maio/08 - março/09).

Motivo: Atendimento à RECOMENDAÇÃO Nº 04/2008 da Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Objetivo: Isolar 1,7ha Reserva Legal em Mata Atlântica com 450 m de cerca.

01 família beneficiada.

Material adquirido pelo Incra e mão-de-obra como contrapartida do assentado.

AÇÃO 2:

Projeto com início de sua implantação em agosto/09 e término em dezembro/09.

Motivo: Atendimento à RECOMENDAÇÃO Nº 04/2008 da Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Objetivo: Construção de 10 km dos 13 km previsto de cerca para isolar Reserva Legal em Mata Atlântica.

30 famílias beneficiadas.

Material adquirido pelo Incra e execução realizada através de pessoa jurídica.

Material Adquirido em 2009:

- 200 und de estacas de eucalipto Ø de 16-20 cm;
- 2500 und de estacas de eucalipto Ø 10-13 cm;
- 80 rl de arame 500 m;
- 43 kg de grampos.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Operações Especiais.

Finalidade:

Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição:

Concessão de crédito individual aos assentados da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Família atendida	454	359	304	79,07%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
5.127.411,00	3.756.200,00	3.756.200,00	100,00%	2.701.800,00	71,93%	2.701.800,00	71,93%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

A aplicação do Crédito é baseada na Norma de Execução Nº 79 de 26 de Dezembro de 2009 que Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos Créditos Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. Tal norma define as modalidades de crédito, segue abaixo a descrição das modalidades concedidas pela Superintendência em 2009:

a) APOIO INICIAL: se destina à segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas, ao suprimento de suas necessidades básicas, bem como ao fomento inicial de seu processo produtivo;

b) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO: se destina à aquisição de materiais necessários à construção das habitações rurais nos assentamentos, bem como ao pagamento de mão-de-obra e serviço técnico específico para qualificação das habitações;

c) FOMENTO: se destina a garantir a segurança alimentar das famílias e a geração de excedente

produtivo, visando dar suporte à geração de renda; e

d) **RECUPERAÇÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO:** se destina a aquisição de materiais para melhoria habitacional, apontadas por meio de Laudo Técnico Individual e planilha orçamentária, que indicarão a necessidade e os valores a serem investidos na reforma e/ou ampliação da moradia.

Durante o ano de 2009 foram empenhados e pagos recursos que beneficiaram em total de 753 famílias, sendo que destas 394 foram beneficiadas com a complementação de créditos já em andamento. O restante do recurso foi empenhado e inscrito em restos a pagar, pois até o encerramento no exercício de 2009 não haviam sido liberados recursos financeiros para o pagamento das ordens bancárias.

Crédito Instalação - Empenhados e liquidados em 2009

Assentamento	Município	Famílias Beneficiadas	Modalidade	Empenhos / Liquidados
Madre Cristina	Pancas	03	Apoio inicial	9.600,00
Sezinio Fernandes De Jesus	Linhares	04	Apoio inicial	12.800,00
Adriano Machado	Montanha	01	Aquisição material construção	10.000,00
Ouro Verde	Muniz Freire	01	Aquisição material construção	5.000,00
Olinda II	Pinheiros	06	Aquisição material construção	35.000,00
Otaviano Rodrigues de Carvalho	Ponto Belo	97	Aquisição material construção	970.000,00
São Sebastião	Montanha	73	Aquisição material construção	365.000,00
Matutina	Itarana	30	Fomento	16.800,00
São Felipe	Guaçu	18	Fomento	57.600,00
São Sebastião	Montanha	73	Fomento	233.600,00
Madre Cristina	Pancas	34	Fomento	108.800,00
Margarida Alves	Pancas	06	Fomento	19.200,00
Beija Flor	Alto Rio Novo	13	Recuperação material de construção	65.000,00
TOTAL		359		1.908.400,00

Fonte: SIAFI

Complementação de Crédito Instalação - Empenhados e liquidados em 2009

Assentamento	Município	Famílias Beneficiadas	Modalidade	Empenhos / Liquidados
Sezinio Fernandes De Jesus	Linhares	94	Complementação Apoio Inicial	75.200,00
Palestrina	Mimoso do Sul	50	Complementação Aquisição Material de Construção	150.000,00
São Sebastião	Montanha	73	Complementação Aquisição Material de Construção	219.000,00
Adriano Machado	Montanha	74	Complementação Fomento	59.200,00
Oziel Alves	Montanha	55	Complementação Fomento	44.000,00
Olinda II	Pinheiros	04	Complementação Recuperação Material Construção	20.000,00
Rancho Alegre	Mimoso do Sul	44	Complementação Recuperação Material Construção	226.000,00
TOTAL		394		793.400,00

Fonte: SIAFI

Crédito Instalação - Empenhados e Inscritos em Restos à Pagar em 2009

Projeto de Assentamento	Município	Famílias Beneficiadas	Modalidade	Empenhos / Liquidados
Franqueza e Realeza	Ecoporanga	100	Apoio inicial	320.000,00
João Marcos de Araujo Santos	Presidente Kennedy	75	Apoio inicial	240.000,00
Otaviano Rodrigues de Carvalho	Ponto Belo	97	Fomento	310.400,00
São Gabriel	S. Gabriel da Palha	15	Apoio inicial	48.000,00
São Felipe	Guaçu	17	Aquisição Material Construção	136.000,00
TOTAL		304		1.054.400,00

Fonte: SIAFI

A aplicação de crédito instalação, nas modalidades aquisição de materiais de construção e recuperação materiais de construção, resultou no recebimento de casas em diversos Projetos de Assentamento, entre casas novas e reformadas foram 292 unidades, conforme quadro abaixo.

Casas Construídas/Reformadas em 2009

Projeto de Assentamento	Município	Modalidade	Casas Entregues
São Felipe	Guaçu	Construção	14
17 de Abril	Muqui	Construção	02
Palestrina	Mimoso do Sul	Construção	07
São Sebastião	Montanha	Construção	41
TOTAL DE CASAS CONSTRUÍDAS			64
Matutina	Itarana	Reforma	17
Geraldo Sperandio	Pancas	Reforma	26
Celestina	Nova Venécia	Reforma	20
Gaviãozinho	Nova Venécia	Reforma	25
Georgina	São Mateus	Reforma	19
Castro Alves	Pedro Canário	Reforma	19
Pontal do Jundiá	Conceição da Barra	Reforma	48
Córrego do Augusto	Nova Venécia	Reforma	01
Córrego da Lage	Mucurici	Reforma	11
Padre Pedro	Mantenópolis	Reforma	08
Paulo Vinas	Conceição da Barra	Reforma	07
Valdicio B. dos Santos	Conceição da Barra	Reforma	01
Ouro Verde	Muniz Freire	Reforma	11
Luiz Taliuly Neto	Guaçu	Reforma	02
Paraíso	Alegre	Reforma	06
16 de abril	Águia Branca	Reforma	07
TOTAL DE CASAS REFORMADAS			228
TOTAL GERAL			292

Fonte: SIR/Módulo Monitoria

Não há dificuldade no recebimento de recursos orçamentários descentralizados para aplicação das diversas modalidades de crédito, porém a capacidade operacional de Superintendência tem sido um limitador no desenvolvimento da ação, tendo em vista o número restrito de servidores e a redução nos recursos de custeio, que são fundamentais para o acompanhamento da aplicação do crédito no campo.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade

Finalidade:

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição:

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas INCRA-SEDE

decisões estratégicas:

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
83.900,00	283.966,50	282.251,10	99,40%	270.353,85	95,21%	270.353,85	95,21%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Os recursos desta ação destinaram-se principalmente ao custeio das atividades relacionadas às ações de Infraestrutura e Crédito Instalação. Além disso, outras atividades relacionadas indiretamente ao Programa 0137, dentre as quais as atividades de vistoria ocupacional de parcelas nos assentamentos, acompanhamento de beneficiários para reassentamento em lotes originados de processos de retomada administrativa, participação de servidores em reuniões de levantamento de demandas e planejamento de atividades no âmbito do território da cidadania, acompanhamento de demarcação topográfica em projetos de assentamento, vistorias para solução de problemas de limites demarcatórios e gestão de conflitos originados dos processos de retomada de parcelas.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

DADOS GERAIS DO PROGRAMA

Tipo de Programa:	Finalístico
Objetivo Geral:	Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo
Objetivos Específicos:	Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.
Gerente do Programa:	Richard Martins Torsiano
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	Alfredo Zampier Lacerda
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa:	Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.
Público-alvo (beneficiários):	Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte:

⁴ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição:

a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização); b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais; c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país; d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho; e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE; f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Luciméri Selivon

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel gerenciado	3.844	9.787	0	254,60%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
34.596,00	105.050,85	104.580,56	99,55%	103.231,68	98,27%	103.231,68	98,27%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Na Execução Física a diferença encontrada entre a meta prevista e a realizada no PO 2009 se deve por programas de Atualização Cadastral de Imóveis Rurais executadas pelas Unidades Municipais de Cadastro - UMC's, pela Sede desta SR20 através de seus analistas e em virtude do lançamento do CCIR 2006, 2007, 2008 e 2009, ocorrido em 2009, atentando para o fato de que existem convênios celebrados junto as Prefeituras Municipais e INCRA/ES, para prestação deste serviço.

As UMC's do ES estão sendo orientadas, através de encontros e supervisões permanentes, a estarem sempre atualizando o Cadastro no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, por meio de Atualizações de Pessoa (nome, endereço, dados pessoais) e também de Atualizações de Estrutura do imóvel rural (localização, desmembramento, situação jurídica, entre outros) e estamos solicitando que seja feito as duas atualizações de cadastro tanto a do comprador quanto a do Vendedor, assim gerando também o aumento acima constatado.

Já na Provisão Financeiro-Orçamentário encontramos uma diferença referente a alguns fatores, ou seja: Servidores do Setor de Cadastro participaram de treinamentos e capacitações fora do Estado e tivemos uma convocação extra para Brasília de um servidor para participar dos trabalhos de confecção do programa SIR/CENIR, que obrigou o mesmo a deslocar para Brasília por várias vezes durante o ano de 2009, principalmente no segundo semestre do referido ano.

Tivemos também na Provisão da PO 2009, várias ações de Treinamentos e Supervisões nas UMC (Unidades Municipais de Cadastro), para acompanhamento dos trabalhos executados e com atenção aos problemas encontrados e soluções tomadas, visitas e orientações junto aos Cartórios de Registro de Imóveis e Tabelionatos sobre legislação pertinente aos registros de imóveis rurais, bem como vistorias a imóveis que estavam desmembrando de rurais para urbanos, processos de pessoas estrangeiras, loteamentos, condomínios e desmembramentos para fins não agrícolas.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição:

Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Luciméri Selivon.

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	-	Sistema Mantido	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Está ação é realizada exclusivamente pelo INCRA Sede, não havendo rebatimento na UJ.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição:

Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Edaldo Gomes.

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área medida e georreferenciada	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

A Lei 10.267/01, alterando a Lei 6015/73 (Lei de registros públicos) instituiu a obrigatoriedade do georreferenciamento dos imóveis rurais para os imóveis rurais nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento. A lei 6015/73 em seu artigo 176, § 3º, com a alteração dada pela Lei 10.267/01 ficou da seguinte forma:

“§ 3º - Nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais, a identificação... será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cujo somatório da área não exceda a 4 módulos fiscais.

§ 4º - A identificação de que trata o § 3º tornar-se-á obrigatória para efetivação de registro, em qualquer situação de transferência de imóvel rural, nos prazos fixados por ato do Poder Executivo.” (grifo nosso)

O Decreto 4.449/01 com as alterações do Decreto 5.570/05 instituiu os seguintes prazos para a obrigatoriedade do georreferenciamento:

“Art. 10. A identificação da área do imóvel rural... será exigida, nos casos de desmembramento, parcelamento, remembramento e em qualquer situação de transferência, na forma do art. 9º, somente após transcorridos os seguintes prazos:

- 90 dias, para os imóveis com área de 5.000 ha ou mais;
- 1 ano, para os imóveis com área de 1.000 ha a 5.000 ha;
- 5 anos, para os imóveis com área de 500 ha a 1.000 ha; e
- 8 anos, para os imóveis com área inferior a 500 ha

...

§ 3º - Ter-se-á por início de contagem dos prazos fixados nos incisos do caput deste artigo a data de 20 de novembro de 2003.”

Conforme prevê o Art. 8º do Decreto 4.449/02:

“Art. 8º Os custos financeiros de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015, de 1973, compreendem os serviços técnicos necessários à identificação do imóvel, garantida a isenção ao proprietário de imóvel rural cujo somatório das áreas não exceda a quatro módulos fiscais.”(grifo nosso)

Diante do exposto, trata esta ação do georreferenciamento de Imóveis Rurais cuja área não exceda a 4 módulos fiscais do município de localização. Por ser o órgão responsável pela certificação, ficou o INCRA responsável pela execução desses serviços para estas áreas. Considerando a realidade do Estado do Espírito Santo, em nenhum município o somatório da área dos 4 módulos fiscais irá superar 500 ha. Se observarmos os prazos determinados pelo Decreto 5.570/05, apenas a partir de 20 de novembro de 2011 é que estes imóveis ficarão impedidos de efetuar transações imobiliárias.

Apesar disso, o Decreto 5.570/05 em seu Art. 2º diz:

“Art. 2º A identificação do imóvel rural objeto de ação judicial, conforme previsto no § 3º do art. 225 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, será exigida nas seguintes situações e prazos:

I - imediatamente, qualquer que seja a dimensão da área, nas ações ajuizadas a partir da publicação deste Decreto;

II - nas ações ajuizadas antes da publicação deste Decreto, em trâmite, serão observados os prazos fixados no art. 10 do Decreto nº 4.449, de 2002.” (grifo nosso)

Esta Superintendência Regional tem recebido alguns pedidos judiciais solicitando o georreferenciamento de pequenos imóveis rurais que foram objetos de ação de usucapião, mas não há condições de atender tendo em vista que a atual situação do Serviço de Cartografia, com a falta de recursos humanos e tecnológicos, o que compromete a execução não só deste serviço, mas também a todas as demandas de relativas à topografia das demais Divisões dessa regional, tais como, vistoria para obtenção de terras, vistorias para territórios quilombolas, ações de meio ambiente, medição e demarcação de assentamentos rurais, certificação de imóveis rurais, entre outros.

É importante ressaltar que, apesar de não terem sido efetuadas ações de georreferenciamento de pequenas propriedades na jurisdição dessa regional, o Comitê de Certificação certificou uma área de 11.799,0657 ha distribuídos em 11 processos, foram recebidos em 2009 outros 38 processos, sendo que cada processo é analisado inúmeras vezes até que o mesmo obtenha a certificação, demandando tempo para a execução desta tarefa.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição:

Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área regularizada (ha)	2.000	0	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
10.000,00	10.000,00	9.849,54	98,50%	9.538,04	95,38%	9.538,04	95,38%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

A provisão orçamentária recebida no exercício de 2009 custeou as despesas com visita a diversos cartórios de registro de imóveis objetivando buscar certidões para confecção de cadeias dominiais, até a origem, previstas no Termo de Cooperação Técnica firmado entre INCRA e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Espírito Santo – IDAF, como obrigação da Superintendência Regional nos casos de arrecadação de terras devolutas e doação ao INCRA conforme o Termo de Compromisso.

Além disso, também houve notificação, vistoria e avaliação de benfeitorias existentes em terras devolutas inclusas em imóveis vistoriados pelo INCRA e com aquelas terras em seus perímetros, tendo em vista que após tramitação de processo de doação as mesmas foram doadas pelo Governo Estadual a este Instituto (com prévia autorização da Assembleia Legislativa). As obrigações e despesas judiciais, cartorárias e indenização de benfeitorias, pelo Termo de Cooperação Técnica, é de responsabilidade do INCRA. E ainda, foi feito o acompanhamento inicial dos trabalhos de campo relativo ao convênio firmado entre a Delegacia Regional/ES do MDA com o IDAF para georreferenciamento (objetivando certificação dos imóveis rurais) do município de Água Doce do Norte/ES.

Uma série de fatores, mas principalmente a mobilização de um movimento social, possibilitou que se fizesse (os trabalhos estão em fase final) o primeiro convênio Federal/Estadual, através da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário/ES e o IDAF para que fossem georreferenciados, e por sua vez buscados as titulações dos que ainda são posses, de todos os imóveis do município de Água Doce do Norte. Muitos outros convênios poderiam ser estabelecidos com a Delegacia, ou mesmo com o INCRA, pois há recursos orçamentários para o desenvolvimento da ação e os benefícios sociais são muito grandes. É possível observar que em vários outros estados da federação esses convênios têm sido freqüentes.

Observando que mesmo esta Superintendência Regional do INCRA não seja parte da área priorizada pelo Governo para as ações de regularização, pelo menos temos informações que não há qualquer restrição orçamentária, até porque como é sabido o ano de 2011 será o limite para que todos os imóveis rurais se façam georreferenciados, cabendo ao INCRA georreferenciar gratuitamente as pequenas propriedades rurais.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição:

Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área com processo impetrado		-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Esta ação não é realizada nesta Superintendência Regional, tendo em vista que não existem terras públicas federais detectadas neste Estado.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:	Atividade.
Finalidade:	Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.
Descrição:	Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou subglebas públicas federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:	INCRA-SEDE
Coordenador nacional da ação:	Márcio Marreck Berbigier
Unidades executoras:	Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	4	Área diagnosticada destinada	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Esta ação não é realizada nesta Superintendência Regional, tendo em vista que não existem terras públicas federais detectadas neste Estado.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição:

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (=hg/b)
13.540,00	37.440,00	37.226,24	99,43%	17.161,71	45,84%	17.161,71	45,84%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Os recursos da Ação 2272 do Programa 0138 foram aplicados em atividades administrativas, como o pagamento de publicações na imprensa oficial referente aos termos de parceria com as prefeituras municipais para manutenção das Unidades Municipais de Cadastro, além despesas com deslocamentos de servidores na realização de atividades relacionadas ao programa.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

DADOS GERAIS DO PROGRAMA

Tipo de Programa:	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo Geral:	Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.
Objetivos Específicos:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.
Gerente do Programa:	Daniel Maia.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	Salvimar Vizeu Alexandre Ferreira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa:	Não há.
Público-alvo:	Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte:

⁵ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição:

Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	4	Servidor capacitado	40	201	0	502,50%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
10.095,00	65.355,58	65.355,58	100,00%	59.371,31	90,84%	59.371,31	90,84%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

A Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

No âmbito da Administração Pública Federal, as ações de capacitação seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, e trouxe como novidade o modelo de Gestão por Competências.

No citado Decreto, a metodologia de Gestão por Competência é definida como “gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”.

No INCRA, o programa de desenvolvimento de pessoal está sendo implementado no sentido de desenvolver as competências mapeadas e constantes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011, de forma coletiva, com a efetiva participação das Superintendências Regionais à luz das diretrizes estratégicas, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas pelas unidades responsáveis pelos macroprocessos.

O Balanço Regional das ações de capacitação/2009 revela que 201 oportunidades de capacitação foram oferecidas aos servidores da Superintendência Regional do INCRA Espírito Santo, contemplando 69 servidores, atingindo 158% da meta proposta no Caderno de Metas PO/2009 que é de capacitar 40 servidores, número que representa 42% de força de trabalho da Superintendência Regional.

Por oportunidade de capacitação entende-se o número de vagas disponibilizadas, em eventos de capacitação: cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos. Portanto, conforme esse entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação no ano de 2009.

O índice de abrangência de capacitação, descrito pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em relação às oportunidades de capacitação oferecidas em 2009 expressa o alcance das ações de capacitação em face de todo o corpo funcional. Este índice de abrangência de 72,63% foi encontrado a partir da aplicação da seguinte fórmula proposta pelo TCU: (Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação multiplicado por 100) $69:95 \times 100 = 72,63\%$.

O índice de horas de capacitação expressa, segundo descrição do TCU, o número de horas de capacitação por funcionário (2.870 horas: 201) = 14,28 horas /aula por servidor.

Os números apresentados, no quadro abaixo, demonstram que as ações de capacitação em 2009 trouxeram um saldo positivo para os processos de trabalho, melhorando as práticas e rotinas, com a integração de conhecimentos, habilidades e atitudes, com respostas mais rápidas às necessidades do INCRA e com impactos positivos no desempenho da instituição.

Seguem detalhadas as oportunidades de capacitação ofertadas à 69 servidores desta Superintendência Regional durante o ano de 2009.

Servidores Capacitados/Eventos em 2009

Servidor	Quantidade de Eventos	Evento
Adelson Denoni Leite	03	▪ Programa Socializando a Informação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ▪ Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 ▪ Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Servidor	Quantidade de Eventos	Evento
Ademir Fontana	06	- Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Encontro de Superintendentes da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste - Congresso Brasileiro de Rochagem - Curso de Agrominerais com ênfase no Estudo de Argilas
Aguinaldo César Bernini	02	- Encontro Nacional de Cadastro Rural/2009 - Capacitação em Disseminação do Manual de Cadastro Rural
Alessandro Mathias Holtz	04	- Licitações e Contratos (Edital) - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Curso sobre Fiscalização de Obras Públicas - Gestão de Convênios: Legislação e Prática de Siconv
Alexson de Mello Cunha	02	- Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Alfredo Zampier Lacerda	03	- Direção Defensiva - I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional - II Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão
Antônio Fabiano Aguiar	06	- Linguagem Brasileira de Sinais – Libras - II Simpósio Interestadual sobre Sistemas Agroflorestais – SAF'S - Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção 7º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional de Agrotóxicos 5º Congresso Brasileiro de Melhoramento de Plantas - Gestão de Convênios: Legislação e Prática de Siconv
Antônio Ferreira de Souza	01	Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Brice Bragato	03	- Oficinas Regionais de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Direção Defensiva - Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
Carlos Máximo Erler	04	- Direção Defensiva - Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Carlos Possidônio Bayerl	02	- Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Cecília Marcovich da Silva Rossoni	04	- Linguagem Brasileira de Sinais – Libras - I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional - Encontro Nacional de Gestão Administrativa do Incra - II Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão
Cláudio Luiz Estruc Gil	01	Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Servidor	Quantidade de Eventos	Evento
Daniela Vantil Agrizzi	06	▪ Direção Defensiva ▪ 3º Encontro da Cesan de Inovação Tecnológica ▪ Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ▪ II Simpósio Interestadual sobre Sistemas Agroflorestais – SAF’S ▪ Seminário Estadual de Agroecologia ▪ Capacitação em Recuperação de Áreas Degradadas
Diego Rocha Moura	01	▪ Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Domingas dos Santos Dealdina	01	▪ Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
Douglas Muniz Lyra	05	▪ Direção Defensiva ▪ I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional ▪ Formação de Instrutores e Apresentadores – Técnicas de Apresentação e Oratória ▪ Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ▪ II Simpósio Interestadual sobre Sistemas Agroflorestais – SAF’S
Eber Fumagalli	01	▪ Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção
Edalmo do Carmo Borges	01	▪ Direção Defensiva
Ennio Augusto de Mello Filho	02	▪ Oficinas Regionais de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento ▪ Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
Érico de Almeida Mangaravite	03	▪ I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional ▪ Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ▪ Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008
Fernando Bragato	01	▪ Direção Defensiva
Flaini Pereira Ramos	02	▪ Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção ▪ Direção Defensiva
Florentino Dalfior Júnior	02	▪ Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ▪ Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
George Staudohar Júnior	02	▪ Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ▪ II Simpósio Interestadual sobre Sistemas Agroflorestais – SAF’S
Gezualdo Nunes Galvão	03	▪ I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional ▪ Encontro de Superintendentes Regionais e Balanço da Execução Orçamentária, construída na última Oficina Regional e Apresentação de Orientações para Operacionalização ▪ II Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão

Servidor	Quantidade de Eventos	Evento
Gildevan Viana Cardoso	05	- Introdução ao Sensoriamento Remoto - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Capacitação sobre Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar - Reunião da Comissão de Monitoramento de Ates - Capacitação sobre Aquisição de Gêneros Alimentícios Agricultura Familiar
Hélio Porfírio Guimarães	01	Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Ivanete Calazans Monteiro	01	Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Ivete da Silva Rezende	01	Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Jaime Bernardo Neto	03	- Curso sobre Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares - Curso de PAD – Formação para Membros de Comissões - I Conferência Nacional de Saúde Ambiental – I CNSA
Janete Carvalho de Azevedo	05	- Oficinas Regionais de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Encontro de Superintendentes Regionais e Balanço da Execução Orçamentária, construída na última Oficina Regional e Apresentação de Orientações para Operacionalização
José Cândido Costa Rezende	02	- I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional - Como implantar a Gestão da Competência Passo a Passo
José de Ribamar Guagliardo Filho	02	- Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
José Emílio de Freitas Ianne	02	- Curso de Formação de Multiplicadores - SICONV - Sistema de Concessão de diárias e Passagens - Videoconferência
José Gerônimo Brumatti	08	- Reunião sobre fechamento da Programação Operacional 2009 - Encontro Nacional de Programação Operacional 2009 - Direção Defensiva - I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional - Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Encontro de Superintendentes da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste - Encontro de Superintendentes Regionais e Balanço da Execução Orçamentária, construída na última Oficina Regional e Apresentação de Orientações para Operacionalização - Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária
Joana Darc Erler dos Reis	01	Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção
Joviana Pedroni de Oliveira	06	- Reunião sobre fechamento da Programação Operacional 2009 - I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional - VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas - Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Incra - Como implantar a Gestão da Competência Passo a Passo - II Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão

Servidor	Quantidade de Eventos	Evento
Julieder Goronci Cochetto	04	- Oficinas Regionais de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 - Curso sobre Avaliação de Imóveis Rurais
Lhayza dos Santos Crissaff	01	Formação de Instrutores e Apresentadores – Técnicas de Apresentação e Oratória
Lena Marta Ribeiro	03	- Contratação de Serviços e Inovações introduzidas pela Instrução Normativa nº. 02/2008 - I Congresso da Advocacia Pública no Espírito Santo - Gestão de Convênios: Legislação e Prática de Siconv
Lynconl Wchôa da Silveira e Silva	01	XIV Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), IX Colóquio Latino-Americano de Economia Política e V Colóquio de La Sociedad Latino-Americana de Economia Política Y Pensamiento Crítico (SEPLA)
Marcelo Brandão Teixeira	05	- Licitações e Contratos (Edital) - I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Encontro de Superintendentes Regionais para apresentação de trabalhos do PAA e Alimentação Escolar
Márcia Fernandes Peixoto Silva	02	- Sistema de Concessão de diárias e Passagens - Videoconferência - Gestão de Convênios: Legislação e Prática de Siconv
Marcus Antônio Roseti Gasparini	04	- Direção Defensiva - Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - II Simpósio Interestadual sobre Sistemas Agroflorestais – SAF'S - Curso sobre Avaliação de Imóveis Rurais
Maria Célia Pereira Arrivabene	01	Curso sobre Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares
Maria das Graças Moreira Beltrão	03	- I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Encontro Nacional de Gestão Administrativa do Incra
Maria Gláucima Pariz Deolindo	01	Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Maria Lígia Masieiro Layber	02	- Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Maxmiliano Rubim Moreira	03	- Direção Defensiva - Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção - Autocad Básico
Mozar Rosa da Silva	01	Direção Defensiva

Servidor	Quantidade de Eventos	Evento
Nelson Salgado Tavares	07	- Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - II Simpósio Interestadual sobre Sistemas Agroflorestais – SAF’S - Reunião sobre Termo de Cooperação Incra/MDA Programa Terra Sol - A Experiência de Produção e Comercialização do Cacau Orgânico na Cabruca (Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia) - Encontro de Superintendentes Regionais para apresentação de trabalhos do PAA e Alimentação Escolar - Encontro de Superintendentes Regionais para apresentação de trabalhos do PAA e Alimentação Escolar - Capacitação sobre Aquisição de Gêneros Alimentícios Agricultura Familiar
Nilson Alves Teixeira Silva	01	Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
Nilvana Alves Silva Bayerl	03	- Encontro Nacional dos Coordenadores de Normas de execução nº. 70 - Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Nilza Ribeiro de Souza	02	- Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Reunião Nacional do Pronera
Patrícia Cabral Costa	03	- Oficinas Regionais de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Patrícia Soneghet Baiocco do N.Andrade	10	- Oficinas Regionais de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional - Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 - II Seminário de Extensão Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação - Encontro de Superintendentes da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste - Reunião sobre Termo de Cooperação Incra/MDA Programa Terra Sol - Reunião Nacional do Pronera - Encontro de Superintendentes Regionais para apresentação de trabalhos do PAA e Alimentação Escolar - II Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão
Queidimar Cristina Guzzo Rodrigues	04	- Direção Defensiva - Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção - Formação de Instrutores e Apresentadores – Técnicas de Apresentação e Oratória - MYSQL - Banco de Dados
Ricardo Muniz Stroligo	06	- Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 - Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Curso sobre Fiscalização de Obras Públicas - Curso sobre Avaliação de Imóveis Rurais - Gestão de Convênios: Legislação e Prática de Siconv

Servidor	Quantidade de Eventos	Evento
Rodrigo Guedes de Moraes	02	▪ Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 ▪ Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Rosângela Belchior Mota	02	▪ Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção ▪ Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Salvimar Vizeu Alexandre Ferreira	05	▪ I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional ▪ Gestão da Frota de Veículos ▪ Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ▪ Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar ▪ Gestão de Convênios: Legislação e Prática de Siconv
Selma Helena Cirne Padinha	01	▪ Formação de Instrutores e Apresentadores – Técnicas de Apresentação e Oratória
Silvino Pedro Lopes	04	▪ Curso de PAD – Formação para Membros de Comissões ▪ Programa Socializando a Informação: Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária ▪ Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar ▪ Curso sobre Fiscalização de Obras Públicas
Tânia Mara de Carvalho	01	▪ I Seminário de Direcionamento Estratégico e Operacional
Wallace Rudeck Sthel Cock	01	▪ Direção Defensiva
Washington Oswaldo Freire	01	▪ Manual de Cadastro Rural – Módulo Recepção
Wellington Subtil do Nascimento	05	▪ Direção Defensiva ▪ Palestra sobre a Instrução Normativa nº. 47/2008 ▪ Programa Socializando a Informação: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar ▪ Curso sobre Fiscalização de Obras Públicas ▪ Curso sobre Avaliação de Imóveis Rurais
Wilson Martins de Souza	04	▪ Sistema de Concessão de diárias e Passagens – Videoconferência ▪ VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas ▪ Gestão de Convênios: Legislação e Prática de Siconv ▪ Curso de Elaboração de Planilhas de Custos nos Contratos de Serviços Terceirizados

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano – SR20/ES

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

DADOS GERAIS DO PROGRAMA

Tipo de Programa:	Finalístico
Objetivo Geral:	Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.
Objetivos Específicos:	Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.
Gerente do Programa:	Gercino José da Silva Filho.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	José Candido da Costa Rezende.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa:	Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.
Público-alvo (beneficiários):	Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte:

⁶ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Ação orçamentária

Finalidade:

Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição:

a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ – Família Acampada Assistida com Cestas de Alimentos

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	4	Família acampada assistida	536	5.879	0	1.096,83

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
60.000,00	76.912,00	76.048,29	98,88%	73.908,29	96,09%	73.908,29	96,09%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

No exercício de 2009 havia 945 famílias acampadas divididas em 20 acampamentos. Dessas, 182 famílias foram beneficiadas com Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Os recursos descentralizados no Programa Paz no Campo (1120) – Ação 2109: Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, aplicados na aquisição de lona de polietileno preta, para construção de barracas e transporte de cestas básicas fornecida pelo Programa Fome Zero e distribuídas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Na questão de assistência jurídica e social não houve descentralização, uma vez que não houve demanda.

Não houve problemas na realização das ações do Programa, tendo em vista que a parceria com o Programa Fome Zero, mediante a Conab já funciona desde 2003. Para um melhor entendimento segue abaixo quadro de acampamentos existentes.

Acampamentos Cadastrados 2009

Acampamento	Município	Localização	Movimento Social	Famílias Atendidas
Antonio Conselheiro	Ecoporanga	Feroz. PA Boa Vista	MST	38
Ilorê dos Vales ⁽¹⁾	Ecoporanga	Distrito Muritiba	FETAES	18
Cotaxé (Valdivino) ⁽²⁾	Ecoporanga	Franqueza e Realeza	FETAES	58
Liberdade (Toninho) ⁽³⁾	Ecoporanga	Franqueza e Realeza	FETAES	53
Nova Esperança	Montanha	Margem est. Pinheiro /Montanha	FETAES	40
Trinta de Maio	Montanha	Ramal 30 de Maio	FETAES	28
Liberdade (Panorama)	Ponto Belo	Próximo Fazenda Panorama	FETAES	40
Che Guevara (Otaviano)	Ponto Belo	Prox. PA Otaviano R de Carvalho	MST	104
Carlos Marighella	São Mateus	Km 41	MST	106
Marion João Pereira	Serra	Margem BR 101	FETAES	43
José Marcos de Araújo ⁽⁴⁾	Pres. Kennedy	Faz. Santa Maria	MST	130
Independência	Mimoso do Sul	Prox. Fazenda Independência	FETAES	17
Pastinho	Mimoso do Sul	Prox. Fazenda São Pedro	FETAES	60
Resistência	São J. do Calçado	PA Florestan Fernandes	MST	36
Florêncio Tozzo	Mantenópolis	PA Florêncio Tozzo	MST	36
Irmã Dorothy	Mantenópolis	Área devoluta	MST	35
Madre Cristina	Pancas	Comunidade Madre Cristina	MST	35
Margarida Alves	Pancas	Comunidade Margarida Alves	MST	6
São Gabriel ⁽⁵⁾	São G. da Palha	Prox.Faz. Santa Luzia	FETAES	22
Adão Preto	São G. da Palha	Prox. Fazenda Floresta	MST	40
TOTAL				945

Fonte: Ouvidora Agrária Regional

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Documento Expedido	0	10.487	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	137.211,33	137.101,11	99,92%	135.591,37	98,82%	135.591,37	98,82%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural é uma das ações que integram o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com execução do INCRA. É um evento voltado para mulheres que exercem sua cidadania, com diversos tipos de atendimentos para expedição de documentos como: Identidade, 2^{as} vias de Certidão de Nascimento e Casamento, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho, inscrição de Segurado Especial e outros atendimentos, essa documentação é inteiramente gratuita, além disso, as trabalhadoras rurais durante o dia do Mutirão assistem a apresentações culturais e a palestras sobre saúde.

O objetivo do mutirões é favorecer a condição cidadã das mulheres trabalhadoras rurais garantindo cidadania formal, erradicando a ausência de documentação civil básica e trabalhista no campo. O acesso à documentação é importante, pois permite que a trabalhadora rural seja incluída nas políticas públicas, entre elas as direcionadas à agricultura familiar e reforma agrária.

No ano de 2009 foram atendidos 10.250 pessoas, com emissão de 10.487 documentos em 09 mutirões conforme Planilha de Documentos.

Ações PNDTR 2009

Município	Mês de Realização	Total de Atendimentos	Documento Expedido					Total de Documentos Expedidos
			RG	CTPS	RN	CPF	INSS	
Guaçu	Março	850	193	116	389	127	103	928
Muniz Freire	Abril	600	139	82	358	27	97	703
Iuna	Maio	1.700	418	132	628	254	102	1.534
Ibitirama	Junho	1.800	450	174	457	90	44	1.215
Mucurici	Julho	700	187	116	353	209	67	932
Pinheiros	Agosto	1.100	383	107	486	243	131	1.350
Ponto Belo	Setembro	900	313	91	330	202	89	1.025
Jaguaré	Novembro	1.300	456	83	618	164	75	1.396
Boa Esperança	Dezembro	1.300	431	196	387	282	108	1.404
TOTAL		10.250	2.970	1.097	4.006	1.598	816	10.487

Fonte: Coordenação PNDTR – SR20/ES

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

DADOS GERAIS DO PROGRAMA

Tipo de Programa:

Finalístico

Objetivo Geral:

Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos:

Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa:

Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Alfredo Zampier Lacerda

Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa:

Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários):

População de comunidades remanescentes de Quilombos

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte:

⁷ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Projeto.

Finalidade:

Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição:

Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Givânia Maria da Silva

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade titulada (un)	4	0	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
117.242,00	185.445,32	176.313,09	95,08%	160.585,99	86,59%	160.585,99	86,59%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

A meta final que tinha como objetivo a titulação de 04 comunidades quilombolas, não foi concluída, mas vale ressaltar que houve outros avanços significativos conquistados e foram positivos, como exemplo, a força tarefa que teve o objetivo de acelerar os processos das comunidades de São Domingos e São Jorge, tendo como resultado a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID dos territórios de São Domingos, situado no município de Conceição da Barra e de São Pedro, localizado no município de Ibirapu, além da publicação das Portarias dos Territórios de Serraria/São Cristóvão e Retiro, tendo a Assinatura do Decreto Presidencial do Território de Retiro, com previsão de titulação para 2010. Os recursos (humanos, financeiros, materiais) foram utilizados de acordo com a necessidade devida.

A Parceria com as superintendências de TO, CE, PE e DF foi importante para preencher o quadro de servidores e compor a Força Tarefa, parceria esta que foi muito importante para alcançar todos objetivos positivos citados.

Ações em Comunidades Quilombolas 2009

Comunidades com Portarias	Comunidade com Decreto Presidencial.	Comunidades com RTID Publicados.
Serraria /São Cristóvão.	Retiro (aguardando para titulação)	São Domingos.
Retiro	--	São Pedro.

Fonte: Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SR20/ES

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Operações Especiais.

Finalidade:

Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição:

Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Givânia Maria da Silva

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	OP	3	Área indenizada (ha)	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Não houve pagamento de indenizações, tendo em vista que ainda não há terras reconhecidas, demarcadas e tituladas aos remanescentes dos quilombos.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

DADOS GERAIS DO PROGRAMA

Tipo de Programa:	Finalístico
Objetivo Geral:	Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.
Objetivos Específicos:	Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.
Gerente do programa:	César José de Oliveira.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	Patrícia Soneghet Baiocco Andrade Nascimento
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa:	Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados. Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores
Público-alvo (beneficiários):	Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte:

⁸ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição:

Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infra-estrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	4	Trabalhador rural escolarizado	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

A Ação trabalha com a capacitação, alfabetização e escolarização de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho". Utiliza metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Oferta capacitação para educadores, atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Apesar de haver demanda existente no Estado, devido à determinação do Acórdão 2653 – TCU – Plenário, que proíbe a realização de convênios, dos projetos aprovados, que estão em condições de implantação, como em sua maioria é para realização de parcerias com instituições de ensino públicas do Estado, Municípios e Instituições privadas sem fins lucrativos, restando assim prejudicada o avanço da ação.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição:

Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no último período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	4	Profissional capacitado	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

A ação tem a finalidade de capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Além disso, visa também propiciar aos alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade

Não se aplica a esta SR

Durante o ano de 2009 essa ação foi executada apenas pelo INCRA Sede, de modo que não informações relativas à esta UJ.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição:

Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto socioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado	0	0	0	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Esta ação destina-se a garantir a formação profissional para qualificar os sujeitos e disponibilizar, em cada área de Reforma Agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

As metodologias de ensino utilizadas são desenvolvidas por meio de alternância - tempo escola e tempo comunidade, como forma de articular os saberes aprendidos na escola e os saberes desenvolvidos nos Projetos de assentamento, em que os alunos moram.

Nesta Ação estavam previstos para o exercício de 2009 o início do Curso de Graduação em Pedagogia para Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – Pedagogia da Terra e o Curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário, projetos da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, aprovados pela Comissão Nacional do PRONERA e propostas de convênios a serem celebrados com a CCA - Cooperativa Central dos Assentamentos do Estado do Espírito Santo. O Acórdão nº 2653/2008, do Tribunal de Contas da União – TCU determinou a Suspensão da execução dos cursos do PRONERA via convênio, apontando como possível apenas por contratação, via licitação prévia. Conseqüentemente, todo o andamento dos processos foi paralisado.

Esta Superintendência Regional tentou viabilizar parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES através Termo de Cooperação/Destaque Orçamentário, mas como o prazo para tramitação de todo processo na UFES e no INCRA extrapolaria o exercício de 2009, não foi possível concretizá-los.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade

Finalidade:

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição:

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	2.629,00	1.914,50	72,82%	1.914,50	72,82%	1.914,50	72,82%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Os recursos da Ação 2272 do Programa 1350 foram destinados ao deslocamento de servidores para participação em seminário de nivelamento.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

DADOS GERAIS DO PROGRAMA

Tipo de Programa:	Finalístico
Objetivo Geral:	Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.
Objetivos Específicos:	Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.
Gerente do Programa:	Adoniram Sanches Peraci.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	Patrícia Soneghet Baiocco Andrade Nascimento
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa:	Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.
Público-alvo (beneficiários):	Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte:

⁹ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade

Finalidade:

Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição:

Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas INCRA-SEDE

decisões estratégicas:

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família assistida (un.)	3.009	3.602	0	119,71%

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.275.079,00	2.028.199,00	2.028.199,00	100,00%	1.902.542,01	93,80%	1.899.055,63	93,63%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Após Licitação na modalidade de Concorrência Pública No 01/2008, tipo Melhor Técnica, em dezembro de 2008 foi firmado contrato entre o INCRA-SR20 e duas empresas, incluindo Assessoria Técnica, Social E Ambiental à Reforma Agrária (ATES), Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e Plano de Recuperação de Assentamento (PRA)PDA e PRA.

De acordo com o contrato registro ES/17/2008, a empresa COOPTRAES (Cooperativa de Prestação de Serviço Técnico da Reforma Agrária do Espírito Santo) prestou serviço a 2.240 famílias assentadas, em 52 Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA e o contrato registro ES/18/2008, a empresa AGROPLAN (Consultoria, Planejamento e Assistência Técnica Agrícola Ltda.) prestou serviço a 1.326 famílias assentadas, em 23 Projetos de Assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA, conforme tabela apresentada abaixo.

Famílias Assistidas pela Assistência Técnica e Capacitação de Assentados 2009

Projeto de Assentamento	Município	Famílias Assistidas	PDA	PRA	ATES	Empresa Contratada
Otaviano R. de Carvalho	Ponto Belo	98			X	COOPTRAES
Francisco D. Ramos	Montanha	25			X	COOPTRAES
Adriano Machado	Montanha	74			X	COOPTRAES
Córrego do Balão	Montanha	7			X	COOPTRAES
Oziel Alves	Montanha	55			X	COOPTRAES
Bela Vista	Montanha	34			X	COOPTRAES
Pontal do Jundiá	Conceição da Barra	48			X	COOPTRAES
Paulo Vinhas	Conceição da Barra	63			X	COOPTRAES
Rio Preto/Itaunas	Conceição da Barra	30			X	COOPTRAES
Georgina	São Mateus	81			X	COOPTRAES
Zumbi dos Palmares	São Mateus	151			X	COOPTRAES
Guanabara	São Mateus	12			X	COOPTRAES
Vale da Vitória	São Mateus	39			X	COOPTRAES
Córrego Grande	São Mateus	27			X	COOPTRAES
Pratinha	São Mateus	17			X	COOPTRAES
São Vicente	São Mateus	5			X	COOPTRAES
Olinda II	Pinheiros	86			X	COOPTRAES
11 de Agosto	Pinheiros	11			X	COOPTRAES
Nova Vitória	Pinheiros	32			X	COOPTRAES
Nova Conquista	Pinheiros	19			X	COOPTRAES
Maria Olinda	Pinheiros	71			X	COOPTRAES
Córrego da Onça	Jaguaré	8			X	COOPTRAES
São Roque	Jaguaré	10			X	COOPTRAES
Córrego da Areia	Jaguaré	31			X	COOPTRAES
Pip Nuck ¹⁰	Nova Venécia	50			X	COOPTRAES
Treze de Maio	Nova Venécia	45			X	COOPTRAES
Gaviãozinho	Nova Venécia	25			X	COOPTRAES
Córrego Alegre	Nova Venécia	18		X	X	COOPTRAES
Celestina	Nova Venécia	31			X	COOPTRAES

¹⁰ Exclusão de famílias por decisão técnica.

Projeto de Assentamento	Município	Famílias Assistidas	PDA	PRA	ATES	Empresa Contratada
3 Pontões	Nova Venécia	20			X	COOPTRAES
16 de Abril	Águia Branca	48			X	COOPTRAES
22 de Julho	Ecoporanga	12			X	COOPTRAES
Bom Jesus	Ecoporanga	18			X	COOPTRAES
Independência	Conceição da Barra	10			X	COOPTRAES
Vale do Ouro	Ecoporanga	30			X	COOPTRAES
Córrego da Lage	Mucurici	118		X	X	COOPTRAES
Florestan Fernandes	Guaçu	34			X	COOPTRAES
Sezinio F. de Jesus	Linhares	100	X		X	COOPTRAES
Chapadão do Rio Quartel	Linhares	15			X	COOPTRAES
Tomazzini	Santa Teresa	39			X	COOPTRAES
Madre Cristina	Pancas	35			X	COOPTRAES
Margarida Alves	Pancas	6			X	COOPTRAES
Padre Pedro	Mantenópolis	37			X	COOPTRAES
Florêncio Tozzo	Mantenópolis	36	X		X	COOPTRAES
Santa Rita	Bom Jesus do Norte	50			X	COOPTRAES
Santa Fé	Apiacá	50			X	COOPTRAES
Teixeirinha	Apiacá	27			X	COOPTRAES
Ernesto Che Guevara	Mimoso do Sul	44			X	COOPTRAES
17 de Abril	Muqui	78			X	COOPTRAES
Monte Alegre	Muqui	60			X	COOPTRAES
Nova Safra	Itapemirim	105			X	COOPTRAES
Piranema	Fundão	65			X	COOPTRAES
São Sebastião	Montanha	73			X	AGROPLAN
Travessia	Nova Venécia	21			X	AGROPLAN
Córrego do Augusto	Nova Venécia	25		X	X	AGROPLAN
Rodeio	Nova Venécia	35		X	X	AGROPLAN
Rosa de Saron	Águia Branca	39			X	AGROPLAN
Miragem	Ecoporanga	214			X	AGROPLAN
Boa Vista	Ecoporanga	57			X	AGROPLAN
Três Corações	Barra de S. Francisco	156			X	AGROPLAN
Ouro Verde	Muniz Freire	30			X	AGROPLAN
Floresta	Alegre	77			X	AGROPLAN
Paraíso	Alegre	40			X	AGROPLAN
São Felipe	Guaçu	18			X	AGROPLAN
Luiz Taliuly Neto	Guaçu	93			X	AGROPLAN
Beija-Flor	Alto Rio Novo	13			X	AGROPLAN
Lage	Alto Rio Novo	50			X	AGROPLAN
Boa Esperança	Alto Rio Novo	46			X	AGROPLAN
Geraldo Sperandio	Pancas	71		X	X	AGROPLAN
Ita	Itaguaçu	55			X	AGROPLAN
Matutina ¹¹	Laranja da Terra	56			X	AGROPLAN
Palestrina	Mimoso do Sul	50			X	AGROPLAN
União	Mimoso do Sul	56			X	AGROPLAN
Rancho Alegre	Mimoso do Sul	56			X	AGROPLAN
Santa Clara	Viana	31			X	AGROPLAN
TOTAL		3.602				

Fonte: Equipe de acompanhamento de ATES

Com a contratação das empresas para prestação de serviços de ATES os assentamentos criados e/ou reconhecidos pelo INCRA - SR20 tiveram maior participação na cadeia produtiva agropecuária do estado, apresentando maior quantidade e qualidade dos produtos produzidos, além do incentivo aos

¹¹ Dedução de famílias por determinação judicial.

programas específicos da agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, nas modalidades de compra direta, compra com doação e alimentação escolar, está última consolidada pela lei 11.947/2009, a qual reserva no mínimo 30% dos recursos para aquisição junto aos agricultores familiares.

As equipes técnicas de ATES propiciaram e viabilizaram o acesso aos recursos do PRONAF nas modalidades A (Investimento), A/R (Investimento/Recuperação) e A/C (Custeio) por grande parcela dos assentados, viabilizando o atendimento da demanda represada pela não prestação de ATES no ano de 2008. Também foi ampliado o atendimento e apoio aos servidores do INCRA na aplicação dos créditos fomento e construção e reforma das casas.

Foram desenvolvidas ações ambientais com palestras educativas, recuperação de áreas de reserva legal e preservação permanente, que envolveram as equipes técnicas do INCRA, técnicos de Ates e famílias assentadas.

Além das ações relacionadas à cadeia produtiva e meio ambiente, as famílias assentadas passaram a participar de forma mais ativa junto à secretaria da fazenda estadual, com a elaboração do bloco de produtor rural individual, cujo objetivo é relacionar toda e qualquer produção que tenha objetivo de venda da propriedade, o que propicia maior retorno para os municípios sede de cada assentamento.

Não obstante, também se observou as inclusões sociais como a aposentadoria rural, auxílio maternidade, organização dos assentados, entre outros, e recadastramento das famílias junto às concessionárias de energia, visando à comprovação agrícola com o benefício da diminuição do ICMS.

Por fim, a diferença entre o empenho emitido e o valor pago se deve a três fatos:

- a) Descontos nos pagamentos das empresas por inexecução total e/ou parcial dos serviços de ATES, além de multa, conforme previstos nos contratos e de acordo com legislação de contratos, Lei 8.666/93 e complementares;
- b) Dedução e exclusão de famílias de dois projetos de assentamentos, a destacar o PA Matutina e o PE São Roque, respectivamente. Nesse sentido, representa para o primeiro, 36 famílias (ano todo) e para o segundo 10 famílias, este para o mês de dezembro de 2009;
- c) Deixado em restos a pagar parcial um 01 PDA com 36 famílias no PA Florêncio Tozzo e 03 PRA's com 232 famílias, nos Pa's Geraldo Sperandio, Córrego do Augusto, Córrego da Lage e Córrego Alegre.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade.

Finalidade:

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição:

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
22.900,00	99.966,69	94.553,52	94,59%	91.458,28	91,49%	91.458,28	91,49%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Os recursos referentes à gestão do Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura foram aplicados no custeio do acompanhamento dos contratos de prestação dos serviços, tais como diárias, combustível, manutenção de viaturas, bem como despesas com deslocamento de servidores para treinamento.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

DADOS GERAIS DO PROGRAMA

Tipo de Programa: Apoio Administrativo

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do Programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Salvimar Vizeu Alexandre Ferreira

Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa: Não há.

Público-alvo (beneficiários): Não há.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹²

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte:

¹² Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade

Finalidade:

Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição:

A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
511.716,00	1.199.818,21	1.188.801,91	99,08%	1.096.205,64	91,36%	1.093.126,78	91,11%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

A Ação Administração da Unidade agrega todas as despesas com a manutenção da estrutura administrativa da Superintendência. Os recursos disponíveis e aprovados na LOA 2009 não foram suficientes para o atendimento das necessidades da Unidade. Sendo necessárias a liberação de crédito suplementar para complementação das despesas destinadas ao apoio e suporte das atividades e serviços técnicos e administrativos da ação.

O crédito suplementar foi liberado no último trimestre de 2009, resultando em dificuldades para a Superintendência executar a totalidade dos recursos orçamentários, devido ao espaço de tempo para desenvolver os procedimentos licitatórios e contratação de bens e/ou serviços, e assim algumas ações não puderam ser realizadas. No entanto, mesmo com o atraso da suplementação, a expressividade da execução orçamentária demonstra, a necessidade dos recursos alocados.

A dificuldade na redução dos custos de manutenção da Unidade decorre, especialmente, do aumento número de servidores em atividade atualmente. Mesmo assim a ação foi realizada a contento.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Atividade

Finalidade:

Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição:

Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras:

Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
25.000,00	53.654,69	53.597,26	99,89%	49.541,72	92,33%	49.541,72	92,33%

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Os recursos descentralizados na Ação 2003 - Ações de Informática foram destinados à aquisição de suprimentos de informática – cartuchos para impressão diversos - e pagamento do contrato dos contratos de terceirização dos serviços de suporte ao usuário e locação de equipamentos de fotocópia.

2.3.9.3 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo de Ação:

Finalidade:

Descrição:

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras:

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	301	A	-	Pessoa Beneficiada	-	-	-	-

Fonte: LOA 2009, Caderno de Metas PO 2009 e SIR/Módulo Monitoria

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2009 e SIAFI

Esse item não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	49201	373001

Fonte: SIAFI

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes*

Origem dos Créditos Orçamentários			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios					
			2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	

Fonte:

Esse item não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

* Esse demonstrativo somente deve ser preenchido pelas UJ que também for UO ou que detenha, entre as suas unidades gestoras (UG), quaisquer das UG que registram contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA às UO, bem assim os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital*

Origem dos Créditos Orçamentários			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
			Exercícios					
			2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	-	-

Fonte:

Esse item não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência*

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios					
			2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	-	-

Fonte:

Esse item não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

* Esse demonstrativo somente deve ser preenchido pelas UJ que também for UO ou que detenha, entre as suas unidades gestoras (UG), quaisquer das UG que registram contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA às UO, bem assim os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa -2008

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação	Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	0181	7.344,54	-	-
		373001	2272	-	-	369.426,42
		373001	4274	-	-	32.150,00
		373001	8374	-	-	444.917,00
		373001	8384	-	-	25.700,00
		373001	8387	-	-	228.135,83
		373001	2B06	-	-	263.100,00
		373001	4320	-	-	30.895,14
		373001	4358	-	-	8.035,00
		373001	8396	-	-	18.957,55
		373001	2105	-	-	46.184,84
		373001	2110	-	-	61.800,00
		373001	4572	-	-	47.359,13
		373001	2000	-	-	950.696,29
		373001	2109	-	-	169.233,62
		373001	4304	-	-	11.500,00
		373001	1642	-	-	239.150,00
		373001	4470	-	-	61.489,19
		373001	8402	-	-	23.800,00
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos			-	-	-
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação	Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	2B06	870,00	-	-
		373001	4320	47.043,92	-	-
		373001	8396	340.724,40	-	-
		373001	2272	9.725,68	-	-
		373001	4460	-	2.399.320,91	-
		373001	0427	-	2.252.778,42	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - 2009

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	0181	20.753,61	-	-
		373001	2272	-	-	435.380,99
		373001	8374	-	-	75.243,60
		373001	8384	-	-	47.780,25
		373001	8387	-	-	199.806,31
		373001	2003	-	-	53.654,69
		373001	2B06	-	-	156.624,94
		373001	4358	-	-	27.500,00
		373001	8396	-	-	130.917,81
		373001	2105	-	-	105.050,85
		373001	2110	-	-	10.000,00
		373001	4572	-	-	65.355,58
		373001	2000	-	-	1.109.818,21
		373001	2109	-	-	106.063,00
		373001	1642	-	-	185.445,32
		373001	4470	-	-	2.028.199,00
		373001	8398	-	-	232.322,58
		373001	2999	-	-	108.060,33
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	2B06	253.464,12	-	-
		373001	2000	90.000,00	-	-
		373001	4320	604.050,08	-	-
		373001	8396	840.847,09	-	-
		373001	4460	-	6.202.090,45	-
		373001	0427	-	3.756.200,00	-
		-	-	-	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.2 Execução Orçamentária

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa – 3390.08	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa – 3190.08	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa – 3390.14	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa – 3390.30	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa – 3390.33	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.36	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.37	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.39	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.47	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa – 4490.30	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa – 4490.39	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa – 4490.51	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
4490.52	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa - 4590.61	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa –4590.66	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	-	-	-	
Convite	-	283.895,32	0,00	283.895,32
Tomada de Preços	-	1.054.903,36	0,00	1.054.903,36
Concorrência	61.489,19	1.905.779,04	61.489,19	1.905.779,04
Pregão	1.369.292,12	2.086.213,03	1.369.292,12	2.086.213,03
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	500.738,58	446.199,61	500.738,58	446.199,61
Inexigibilidade	208.646,16	223.697,24	208.646,16	223.697,24
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	99.906,05	68.990,82	99.906,05	68.990,82
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa – 3390.08	7.344,54	20.753,61	7.344,54	20.753,61	-	-	-	-
2º elemento de despesa – 3190.08	-	3.078,86	-	3.078,86	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa – 3390.14	530.198,29	696.167,21	530.198,29	696.167,21	-	-	530.198,29	696.167,21
2º elemento de despesa – 3390.30	479.304,48	427.008,25	479.304,48	397.754,64	-	29.253,61	383.891,91	397.754,64
3º elemento de despesa – 3390.33	138.424,08	116.075,90	138.424,08	108424,33	-	7.651,57	137.326,11	108.424,33
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3390.36	3.730,04	5.390,00	3.730,04	5.390,00	-	-	3.730,04	5.390,00
3390.37	650.302,15	791.300,62	650.302,15	762.911,84	-	4.055,54	649.342,09	787.245,08
3390.39	930.572,83	2.860.241,30	930.572	2.522.141,96	-	338.099,07	614.521,23	2.518.655,85
3390.47	43.051,82	178.067,62	43.051,82	-	-	3.236,86	43.051,82	174.830,76

Fonte: SIAFI

Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa – 4490.30	9.523,78	139.357,50	9.523,78	139.357,50	-	27.680,59	9.523,78	111.676,91
2º elemento de despesa – 4490.39	-	209.674,44	-	209.674,44	-	57.717,07		151.957,37
3º elemento de despesa – 4490.51	331.200,62	965.110,40	331.200,62	965.110,40	-	62.164,43	331.200,62	902.945,97
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
4490.52	57.491,60	531.050,35	57.491,60	531.050,35	-	511.937,00	5.885,68	19.113,35
5 - Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa - 4590.61	2.399.320,91	6.202.090,45	2.399.320,91	6.202.090,45	-	6.202.090,45	784.515,61	0,00
2º elemento de despesa –4590.66	2.149.578,42	3.756.200,00	2.149.578,42	3.756.200,00	-	1.054.400,00	1.971.978,42	2.701.800,00
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.3 Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	97.350,08	119.568,06	102.157,60
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	410.086,30	530.198,29	696.167,21
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	255.327,58	298.767,45	378.384,49
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	300.854,66	350.574,64	408.860,59
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	-	-	-
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	69.177,66	99.906,05	68.990,82
TOTAIS	1.134.803,28	1.401.022,49	1.656.569,71

Fonte: SIAFI

2.4.4 Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA possui um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	88	92	-
Próprios	88	92	-
Requisitados	0	0	-
Celetistas	0	0	-
Cargos de livre provimento	3	-	-
Estatutários	3	-	-
Não Estatutários	0	-	-
Terceirizados	0	-	-
TOTAL	91	95	-

Fonte: SIAPE

3.1.2 Composição e Custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	85	1.557	171.	2.773.	139.	0,00
2008	94	2.161	210.	3.127.	279.	--
2009	92	3.149	196.	1.967.	315.	2.
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	3	-	104	-	-	-
2008	3	-	128	-	-	-
2009	3	-	129	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE

Os valores informados acima estão expressos em R\$ mil.

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	15	258	15	311	01	34	09	24
2008	15	289	15	337	02	44	05	26
2009	15	373	15	387	02	48	05	35

Fonte: SIAPE

Os valores informados acima estão expressos em R\$ mil.

3.2 Informações Sobre os Contratos de Terceirização de Mão-De-Obra

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-meio no exercício de 2009

Demonstrativo dos contratos de terceirização da Área de Limpeza do Externo de 2000									
Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
3390.37		36.340.131/0001-65	12/06/2005	11/06/2006	15	15	-	-	P
3390.37		05.276.664/0001-00	12/06/2008	11/06/2009	08	08	-	-	P
3390.37		08.030.075/0001-27	01/01/2008	01/01/2009	05	05*	-	-	P
3390.39		30.964.795/0001-19	20/12/2006	20/12/2007	01	01	-	-	P
3390.37		32.501.678/0001-44	21/07/2008	20/07/2009	02	02	-	-	P
Observação: *Cinco postos, envolvendo 09 vigilantes, sendo 02 postos diurnos 12x36, 02 postos noturnos 12x36 e 01 posto 44h semanais.									

Fonte: Divisão de Administração SR20/ES

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
Observação:									

Fonte:

As informações contidas neste quadro não contemplam os contratos de terceirização de área-fim, uma vez que não foi celebrado nesta nenhum contrato com esta característica, motivo pelo qual relacionamos os demais contratos

3.3 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos Instituídos pela Unidade, informando se não os possuir

No que se refere ao perfil etário da força de trabalho, considerando que a idade é um dos principais requisitos para a implementação da aposentadoria, periodicamente é analisada a distribuição dos servidores por faixa etária para avaliação quanto às perspectivas de aposentadoria. O último levantamento aponta a seguinte distribuição por faixa etária:

Perspectivas De Aposentadoria

Previsão	Gênero		Total	% Total	% Acumulado
	F	M			
Em Condições	8	8	16	17,39%	17,39%
2010	1	0	1	1,09%	18,48%
2011	0	3	3	3,26%	21,74%
2012	2	2	4	4,35%	26,09%
2013	0	2	2	2,17	28,26%
2014 +	16	50	66	71,74%	100,0%
TOTAL	27	65	92	-	-

Fonte: SIAPE

A UJ não possui gestão em Absenteísmo; Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais; Perfil Etário; Rotatividade (turnover); Formação Acadêmica; Educação Continuada; Satisfação e Motivação; Disciplina; Desempenho funcional; Níveis Salariais; e Demandas Trabalhistas.

3.4 Análise Crítica Sobre a Situação dos Recursos Humanos

Em que pese não ter sido elaborado um estudo para definição da lotação ideal, avaliação generalizada no INCRA, constatada nas reuniões periódicas da Direção do INCRA com os Superintendentes Regionais, indica que o quantitativo de servidores é expressivamente insuficiente para atender as demandas institucionais.

Levantamento efetuado em dezembro de 2009 apresentou a seguinte distribuição por área de atuação:

Distribuição da Força De Trabalho por Área de Atuação

Área	Nível Intermediário	Nível Superior	Total	% Total
Administração	20	3	23	25,0%
Desenvolvimento de assentamentos	6	14	20	21,74%
Gabinete	3	4	7	7,61%
Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	8	13	21	22,83%
Ordenamento da estrutura fundiária	6	11	17	18,48%
Jurídica	3	1	4	4,35%
TOTAL	46	46	92	100,0%

Fonte: SIAPE DEZ/09

Verifica-se pela distribuição, por nível e área de atuação, dados coletados em dez/2009, que 63% dos servidores estão lotados nas áreas finalísticas (Ordenamento da Estrutura Fundiária, Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e Desenvolvimento de Projetos de Assentamento) e os demais 37% estão vinculados à área meio (Gabinete, Administração e Jurídica).

Essa distribuição indica que a insuficiência de recursos humanos determina uma priorização para as unidades finalísticas em detrimento principalmente da administração (área meio), uma vez que dos 23 (vinte e três) servidores lotados na Administração, 9 (nove) deles estão envolvidos com as atividades finalísticas atuando como condutores dos veículos da Autarquia no transporte das equipes de trabalho ao campo.

O quantitativo de servidores que compõe o quadro de pessoal da Superintendência Regional indica uma necessidade urgente de recomposição da força de trabalho para atender satisfatoriamente às demandas. A distribuição por faixa etária indica que um quantitativo expressivo de servidores já reúne condições de aposentadoria, sendo que até o ano de 2013 estima-se que 30% dos servidores terão idade para solicitar aposentadoria.

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
TOTAL					

Fonte:

Em consulta ao SIAFI foi verificado que não houve movimentação nesta conta contábil nesta UJ.

5. INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	-	-	-	-
2008	192.191,68	-	192.191,68	-
2007	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	8.298.286,19	-	-	8.298.286,19
2008	2.065.341,74	226.042,03	1.801.621,90	37.377,81
2007	11.894,68	-	-	11.894,68
Observações:				

Fonte: SIAFI

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	

Fonte:

Não houve transferências recebidas ou realizadas no Exterior para UJ, inclusive em pesquisa realizada no SIAFI.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Esse item não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Esse item não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Esse item não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Esse item não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

11. ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

Não houve recomendações da Auditoria Interna no exercício de 2009.

11.2 Determinações e recomendações do TCU

Não houve recomendações da Auditoria Interna no exercício de 2009.

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

NATUREZA	Nº. ATO	INSTITUIDOR	CPF
Pensão Civil	10002367-05-2009-000003-0	EDALMO DO CARMO BORGES	560.893.337-00
Pensão Civil	10002367-05-2009-000002-2	LICILDO FURTADO BASTOS	074.635.531-91

Compete ao INCRA/Sede encaminhar as informações relativas aos atos de admissão e desligamento ao órgão de controle.

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Declaramos para os devidos fins que no exercício de 2009, esta UJ não formalizou convênio, contrato de repasse e termo de parceria que necessitassem de registro e atualização no SICONV, bem como de que os contratos firmados nesta unidade estão devidamente registrados e atualizados no SIASG, conforme determina o art. 19 da Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Não há outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

O contador responsável pela UJ declara que os demonstrativos contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e a Demonstração das Variações Patrimoniais do ano de 2009, previstos na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, extraídos do SIAFI refletem a adequada situação patrimonial, financeira e orçamentária da unidade jurisdicionada que apresenta este relatório de gestão.

16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Quadro de Indicadores de Desempenho pactuados entre o INCRA e o Tribunal de Contas da União para o exercício de 2009.

Indicadores de Desempenho

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	ÍNDICE
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	%	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	$\frac{4.258.853,5557}{4.607.751,9 \times 100} = 92,43\%$
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	%	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	$26 / 52 \times 100 = 50\%$
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	%	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício ¹⁵ , no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0%

¹⁵ Inclui também convênios firmados com os estados e municípios.

Indicadores de Desempenho

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	ÍNDICE
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	\$/ha	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ¹⁶ , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ¹⁷ .	• Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. • Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	7.222.080,66 / 1.343,6386 = 5.375,01
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	%	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ¹⁸ , no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	15/05*100= 300%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	%	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ¹⁹ , no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade total de PA(s) federais – SIPRA.	15/64*100= 23,43%

¹⁶ Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitadas na posse ocorridas no ano.

¹⁷ Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

¹⁸ As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

¹⁹ As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar.

Indicadores de Desempenho

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	ÍNDICE
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	%	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – SIPRA.	0%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCAR	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	%	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra ²⁰ , dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – SIPRA.	$07 / 86 * 100 = 8,14\%$
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	%	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – SIPRA.	$73 / 285 * 100 = 25,61\%$
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	%	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme o Sistema SIPRA.	$64 / 285 * 100 = 22,45\%$
Nº de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Un	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	Esta informação é de competência do MDA

²⁰ Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	ÍNDICE
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	%	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; • Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema SIPRA.	$3.602 / 4.349 * 100 = 82,82\%$
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) ²¹	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	\$	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	• Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	--
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	%	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas fiscalizadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. • Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	$313 / 4.349 * 100 = 7,19\%$
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Un	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema SIPRA e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	--
Índice de consolidação de assentamentos ²²	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	%	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema SIPRA e apurado pela Assistência Técnica. • Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – SIPRA.	--

²¹ Ressalta-se que não há este ano obrigatoriedade de apresentação deste indicador, porém, aquelas SR que possuem levantamentos que gerem renda média, deverão informar este indicador. Para os próximos exercícios, a Diretoria de Desenvolvimento deverá definir como irá gerar este indicador.

²² Solicitação de alteração acatada, desde que o Normativo seja revisado no decorrer de 2010.

Indicadores de Desempenho

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICE
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	%	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$20 / 95 * 100 = 211,57\%$
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria /Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/ funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$2.871 / 95 = 30,22$
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/ Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	%	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	--
Índice de Qualidade de dados ²³	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Por exercício	%	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	- Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. - Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	--

²³ Não houve auditoria na UJ durante o exercício de 2009.

ANEXOS

Anexo 1

Relação de Projeto de Assentamento Sob Jurisdição do INCRA SR20/ES - 2009

Código SIPRA	Projeto De Assentamento	Município	Famílias Assentadas
1 ES-0002000	PA PONTAL DO JUNDIÁ	C. da Barra	48
2 ES-0003000	PA GEORGINA	São Mateus	81
3 ES-0004000	PA JUERANA	São Mateus	18
4 ES-0005000	PA CHAPADÃO DO RIO QUARTEL	Linhares	15
5 ES-0006000	PA PIP-NUCK	Nova Venécia	50
6 ES-0007000	PE CÓRREGO DA AREIA	Jaguaré	31
7 ES-0008000	PA GAVIÃOZINHO	Nova Venécia	25
8 ES-0009000	PA CÓRREGO VERMELHO	Ecoporanga	07
9 ES-0010000	PA NOVA ESPERANÇA	Aracruz	50
10 ES-0011000	PA VALDÍCIO B. DOS SANTOS	C. da Barra	89
11 ES-0012000	PA CÓRREGO DA LAGE	Mucurici	118
12 ES-0013000	PE NOVA CONQUISTA	Pinheiros	19
13 ES-0014000	PE RIO PRETO ITAÚNAS	C. da Barra	30
14 ES-0015000	PE BELA VISTA	Montanha	34
15 ES-0016000	PE FRANCISCO D. RAMOS	Montanha	25
16 ES-0017000	PE SÃO ROQUE	Jaguaré	10
17 ES-0018000	PE CÓRREGO ALEGRE	Nova Venécia	18
18 ES-0019000	PE CÓRREGO GRANDE	São Mateus	27
19 ES-0020000	PE VALE DO OURO	Ecoporanga	30
20 ES-0021000	PE VALE DA VITÓRIA	São Mateus	39
21 ES-0022000	PE JUCURUABA	Viana	19
22 ES-0023000	PE 13 DE MAIO	Nova Venécia	45
23 ES-0024000	PE TRÊS PONTÕES	Nova Venécia	20
24 ES-0025000	PE 11 DE AGOSTO	Pinheiros	11
25 ES-0026000	PE NOVA VITÓRIA	Pinheiros	32
26 ES-0027000	PE INDEPENDÊNCIA	C. da Barra	10
27 ES-0028000	PE 22 DE JULHO	Ecoporanga	12
28 ES-0029000	PE PRATINHA	São Mateus	17
29 ES-0030000	PA CASTRO ALVES	Pedro Canário	129
30 ES-0031000	PE CÓRREGO DA ONÇA	Jaguaré	8
31 ES-0032000	PE BOM JESUS	Ecoporanga	18
32 ES-0033000	PE CÓRREGO DO BALÃO	Montanha	7
33 ES-0034000	PE SÃO VICENTE	São Mateus	5
34 ES-0035000	PA FLORESTA	Alegre	77
35 ES-0036000	PA SANTA RITA	B. Jesus do Norte	50
36 ES-0037000	PA PAULO VINHAS	C. da Barra	63
37 ES-0038000	PA OLINDA II	Pinheiros	87
38 ES-0039000	PA MARIA OLINDA	Pinheiros	71
39 ES-0040000	PA CELESTINA	Nova Venécia	31
40 ES-0041000	PA TOMAZZINI	Santa Tereza	39
41 ES-0042000	PA MIRAGEM	Ecoporanga	214
42 ES-0043000	PA PIRANEMA	Fundão	65
43 ES-0044000	PA LUIZ TALIULY NETO	Guaçu	136
44 ES-0045000	PA GUANABARA	São Mateus	12
45 ES-0046000	PA RANCHO ALEGRE	Mimoso do Sul	56
46 ES-0047000	PA ITA	Itaguaçu	55

continuação

Código SIPRA	Projeto De Assentamento	Município	Famílias Assentadas
47 ES-0048000	PA 16 DE ABRIL	Águia Branca	48
48 ES-0049000	PA 3 CORAÇÕES	Barra São Francisco / Vila Pavão	156
49 ES-0050000	PA SANTA FÉ	Apiacá	50
50 ES-0051000	PA NOVA SAFRA	Itapemirim	105
51 ES-0052000	PA UNIÃO	Mimoso do Sul	56
52 ES-0053000	PA MATUTINA	Itarana	83
53 ES-0054000	PA MONTE ALEGRE	Muqui	60
54 ES-0055000	PA GERALDO SPERANDIO	Pancas	71
55 ES-0056000	PA ZUMBI DOS PALMARES	São Mateus	151
56 ES-0057000	PA PADRE PEDRO	Mantenópolis	37
57 ES-0058000	PA PARAÍSO	Alegre	40
58 ES-0059000	PA CÓRREGO DO AUGUSTO	Nova Venécia	25
59 ES-0060000	PA OURO VERDE	Muniz Freire	30
60 ES-0061000	PA RODEIO	Nova Venécia	35
61 ES-0062000	PA 17 DE ABRIL	Muqui	78
62 ES-0063000	PA ROSA DE SARON	Águia Branca	39
63 ES-0064000	PA OTAVIANO R. DE CARVALHO	Ponto Belo	98
64 ES-0065000	PA TEIXEIRINHA	Apiacá	27
65 ES-0066000	PA BEIJA FLOR	Alto Rio Novo	13
66 ES-0067000	PA SANTA CLARA	Viana	31
67 ES-0068000	PA FLORESTAN FERNANDES	Guaçu / São José do Calçado	34
68 ES-0069000	PA TRAVESSIA	Nova Venécia	21
69 ES-0072000	PA ERNESTO CHE GUEVARA	Mimoso do Sul	45
70 ES-0073000	PA BOA ESPERANÇA	Alto Rio Novo	46
71 ES-0074000	PA PANORAMA	Ponto Belo	130
72 ES-0075000	PA SÃO SEBASTIÃO	Montanha	73
73 ES-0076000	PA LAJE	Alto Rio Novo	50
74 ES-0077000	PA BOA VISTA	Ecoporanga	57
75 ES-0078000	PA OZIEL ALVES	Montanha	55
76 ES-0079000	PA ADRIANO MACHADO	Montanha	74
77 ES-0080000	PA MADRE CRISTINA	Pancas	35
78 ES-0081000	PA MARGARIDA ALVES	Pancas	06
79 ES-0082000	PA PALESTRINA	Mimoso do Sul	50
80 ES-0083000	PA SÃO FELIPE	Guaçu	18
81 ES-0084000	PA FLORÊNCIO TOZZO	Mantenópolis	36
82 ES0086000	PA SEZÍNIO FERNANDES DE JESUS	Linhares	100
83 ES0089000	PA JOSÉ MARCOS DE A. SANTOS	Pres. Kennedy	75
84 ES0087000	PA FRANQUEZA E REALEZA	Ecoporanga / Carlos Chagas / Nanuque ²⁴	100
85 ES0088000	PA LÍRIO DOS VALES	Ecoporanga/ES e Ataléia/MG	43
86 ES0090000	PA SÃO GABRIEL	São Gabriel da Palha	15
TOTAL			4.349

Fonte: SIPRA

²⁴ Ecoporanga / ES e Carlos Chagas e Nanuque / MG